

UNIVERSIDADE DE ÉVORA



ESCOLA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

RELATÓRIO DE ESTÁGIO PROFISSIONALIZANTE

SALVAGUARDAR PARA CONHECER
PROPOSTA DE CRIAÇÃO DUMA RESERVA ARQUEOLÓGICA, EM ÉVORA



Mestranda: Rosária Maria Valadas Leal

Orientador:

Professora Doutora Leonor Pereira Rocha

Coorientador:

Dr. João Laranjeira dos Santos

Abril de 2013

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**ESCOLA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

RELATÓRIO DE ESTÁGIO PROFISSIONALIZANTE

**SALVAGUARDAR PARA CONHECER
PROPOSTA DE CRIAÇÃO DUMA RESERVA ARQUEOLÓGICA, EM ÉVORA**

Mestranda: Rosária Maria Valadas Leal

Orientador:

Professora Doutora Leonor Pereira Rocha

Coorientador:

Dr. João Laranjeira dos Santos

Abril de 2013

“O “património arqueológico” é a parte do nosso património material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana e diz respeito aos locais onde foram exercidas quaisquer actividades humanas, às estruturas e aos vestígios abandonados de todos os tipos, à superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como aos materiais que lhes estejam associados”

[Carta de Lausanne, artº 1º]



Fotografia de Capa: Símbolo encontrado nos arcos ogivais da fachada da Casa da Rua de Machede, nº 23

Autor: Rosária Leal/2012

ÍNDICE GERAL

1. Introdução.....	1
2. Objetivo do Trabalho.....	2
3. Metodologia.....	3
4. Breve Resenha Histórica das Intervenções Arqueológicas no Concelho.....	5
5. A Arqueologia no Município de Évora.....	12
6. Os Armazéns Da Palmeira – O Espaço e a História.....	13
7. Sítios Intervencionados Com Materiais em Depósito.....	15
8. Proposta de Criação da Reserva Arqueológica.....	58
9. Caracterização do Edifício.....	59
10. Caracterização do Clima.....	59
11. Caracterização dos Materiais em Depósito.....	61
12. Considerações Finais.....	61

ANEXOS

ANEXO I - SÍTIOS INTERVENCIONADOS SEM MATERIAIS EM DEPÓSITO NA AUTARQUIA

ANEXO II - OUTROS ESTUDOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES

ANEXO III - LISTAGEM DOS ESPÓLIOS DEPOSITADOS NO DEPÓSITO PROVISÓRIO DE MATERIAIS DA EXTENSÃO DE CASTRO VERDE

ANEXO IV - PROPOSTA DE ETIQUETA PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONTENTOR

ANEXO V - MEMÓRIA DESCRITIVA PARA A CRIAÇÃO DA BASE DE DADOS

ANEXO VI - INVENTARIAÇÃO SUMÁRIA DOS MATERIAIS EM DEPÓSITO

ANEXO VII - PLANTA DAS INSTALAÇÕES

ANEXO VIII - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DOS ARMAZÉNS DA PALMEIRA

ANEXO IX - FIGURAS E FOTOS

AGRADECIMENTOS

Todo o trabalho desenvolvido ao longo destes cerca de dois anos do Mestrado em Arqueologia e Ambiente não teria sido possível sem o apoio e colaboração daqueles que de forma muito próxima me acompanharam:

A Doutora Leonor Rocha, o Dr. João Santos, o Dr. Nuno Domingos, a Dr.^a Susana Coelho, o Dr. Gustavo Val-Flores, o Art.º Carlos Almeida, o Art.º Eduardo Miranda. O Dr. Panagiotis Sarantopoulos, a minha família pelo precioso estímulo, em especial a minha filha, os meus amigos pela força e sempre presentes nas horas difíceis, os meus professores pelo olhar atento e pela confiança no meu trabalho, os meus companheiros de trabalho pelo suporte e disponibilidade e, todos aqueles que, mesmo de forma involuntária, contribuíram para que fosse possível.

E às pedras... Com as quais, desde cedo, comecei a falar.

SALVAGUARDAR PARA CONHECER

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DUMA RESERVA ARQUEOLÓGICA, EM ÉVORA

Resumo:

Sendo um dos objetivos da Arqueologia Municipal a salvaguarda do património arqueológico, este projeto pretendeu criar as bases para a constituição da futura Reserva Arqueológica do concelho de Évora. Assentou na necessidade de se conhecerem os materiais armazenados no atual depósito arqueológico, provenientes das inúmeras intervenções que ocorreram ao longo de mais de 25 anos, intra e extramuros, fazendo, ao mesmo tempo, a ponte com os seus responsáveis científicos.

Em última análise, este trabalho permite obter um conhecimento mais aprofundado da realidade arqueológica concelhia, resultado da inventariação dos materiais. Para além disso, possibilitou a criação de condições para que a comunidade científica e académica aceda a este enorme manancial de informação e, através da sua análise, produza informação útil para a sociedade em geral.

Palavras-chave: Arqueologia, Espólio, Preservação, Reserva

Abstract:

Being the safeguard of the archaeological heritage one of the primary objectives of the Municipal Archaeology, this project intended to create the foundations for the constitution of the Archaeological Reservation of Evora's municipality. It was based on the necessity to gather information regarding the stored materials in the current archaeological deposit, from the numerous interventions that occurred over 25 years, inside and outside of the city walls, providing, at the same time, the bridge with its scientific directors.

This work allows a more deep understanding of the archaeological reality of Evora's territory, result of the inventory of the several materials. On the other hand, it aims managed to provide the conditions for the access, by the scientific and academic community, to this information's, from which it will be possible the production of studies that benefit the general population.

Keywords: Archeology, Assets, Preservation, Reservoir

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado no âmbito da estrutura do Curso de 2º Ciclo em Arqueologia e Ambiente, Edição 2010/12, ministrado pela Universidade de Évora.

Na decisão de elaborar o presente relatório esteve presente o convite, para trabalhar na área da Arqueologia da Câmara Municipal de Évora, que me foi formulado pelo Diretor de Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura, Dr. Nuno Domingos, no decurso do meu último ano na Licenciatura em História e Arqueologia.

Aceite o convite, as tarefas mais prementes passavam pela necessidade de organizar e inventariar o espólio arqueológico existente na Câmara Municipal. Para se ter uma noção da enormidade da tarefa, basta referir que os materiais em causa são provenientes das inúmeras intervenções arqueológicas efetuadas ao longo de mais de duas décadas no concelho, quer intra, quer extramuros.

A criação dum espaço de reserva e a inventariação do espólio existente, respeitante ao concelho e à região, apresentava-se como um complemento para a Carta Arqueológica. Évora, sendo uma cidade com grande tradição arqueológica e classificada como Património da Humanidade desde 1986, necessitava naturalmente de possuir um espaço condigno para instalar o Depósito ou a Reserva Arqueológica.

A dispersão dos materiais arqueológicos de Évora, pelas extensões do ex-IGESPAR (Crato e Castro Verde), Museu Nacional de Arqueologia e Estação Arqueológica de Miróbriga também impunham a criação dum local apropriado para a guarda, tratamento, valorização e preservação desses elementos. O cruzamento da informação sobre as várias intervenções arqueológicas e a análise dos relatórios em posse da Câmara era também uma necessidade premente.

Outra das tarefas que se apresentava como prioritária era a criação dum espaço adequado para o desenvolvimento de estudos por parte da comunidade científica. De notar que o depósito do espólio arqueológico estava centralizado nos armazéns da Câmara Municipal, situados na antiga fábrica da Lee, conjuntamente com todo e quaisquer outro tipo de materiais à guarda do município. Para além desta mistura pouco saudável, aquele local não reunia as mínimas condições para a sua conservação, no que diz respeito, especificamente, aos parâmetros de temperatura, humidade e luminosidade.

No final do ano de 2011, devido à contenção orçamental, verificou-se a necessidade de transferir os materiais para os Armazéns da Palmeira, onde se encontram depositados, atualmente.

2. OBJETIVO DO TRABALHO

Salvaguardar e preservar para conhecer é o objetivo que se pretende com a criação da futura reserva arqueológica.

A Arqueologia é uma ciência que nos faculta o diálogo e o conhecimento das interações das sociedades do passado com as realidades do presente e por isso, é fundamental o estudo dos materiais e dos vestígios dessas sociedades para uma melhor compreensão do presente.

Por vicissitudes várias, nomeadamente por grande contenção financeira da autarquia, a arqueologia em Évora, não obstante a longa tradição neste campo, tem registado lacunas. Estas são visíveis no que concerne à salvaguarda e preservação dos materiais provenientes das inúmeras intervenções arqueológicas realizadas no concelho. A arqueologia empresarial colocou também problemas que urge equacionar, nomeadamente ao nível da guarda, estudo e conhecimento dos materiais arqueológicos que se recolhem em cada intervenção.

Acresce o facto das próprias empresas não poderem guardar os materiais para além do tempo necessário para o seu estudo e elaboração dos respetivos relatórios dos trabalhos arqueológicos. Findo esse prazo deverão entrega-los à tutela (atualmente à Direção Geral do Património Cultural) a quem cabe definir o local de depósito.

O Património Arqueológico é o veículo que nos pode transportar para a compreensão, não apenas dos processos criativos dos que nos antecederam, mas também das suas dinâmicas, das suas crenças e dos seus rituais. Daí decorre a necessidade de preservar, salvaguardar e dar a conhecer o património que os ancestrais nos legaram, como forma de melhor compreender o presente e a própria identidade.

A comunidade científica, académica e o cidadão comum sentem, com razão, que Évora encerra um enorme potencial e é no sentido de disponibilizar toda esta informação que o presente trabalho se pretende desenvolver. É nosso propósito que o mesmo se possa constituir, no futuro, como um importante instrumento de trabalho.

Entre as diversas tarefas já realizadas no âmbito da revisão do PDM de Évora e, posteriormente, os trabalhos de prospeção com vista à publicação da futura Carta Arqueológica do Concelho de Évora foram relocalizados e identificados sítios inéditos que importa, para além de registar e preservar, salvaguardar e dar a conhecer. Posto o anterior, apresentava-se como urgente a necessidade de encontrar um local de Depósito com as condições adequadas à conservação

dos materiais recolhidos durante a prospeção.

Pretende-se assim, com o presente relatório, contribuir para uma fácil leitura e consulta dos materiais existentes em depósito e localizar outros que se encontrem à guarda de outros serviços ou empresas externos ao município.

3. **M**ETODOLOGIA

Relativamente ao inventário dos materiais, na fase inicial, o trabalho desenvolvido baseou-se, essencialmente, na descrição sumária dos mesmos, na sua organização por proveniência, na conferência e renumeração dos contentores, já que havia uma numeração completamente desconexa.

Nesta primeira fase de organização dos materiais, não foi possível “arrumá-los” por períodos cronológicos e tipologias, parecendo ser mais útil organizá-los por local de proveniência.

Para além do trabalho desenvolvido no Depósito arqueológico procedeu-se à criação duma Tabela em Excel, de forma a organizar e facilitar o acesso à informação, onde constam as informações referentes aos materiais e intervenções, a fim de proceder à sua caracterização.

A maior parte do trabalho foi desenvolvida por mim com a colaboração da assistente operacional Clara Fernandes, nomeadamente e no que respeita à deslocação e conferência dos materiais em depósito.

Procedeu-se à medição do espaço ocupado pelos materiais, situado nos Armazéns da LEE, no Parque Industrial, onde se encontravam colocados em contentores sobre estruturas metálicas. Estas mediam cerca de 3 metros de altura, sendo que a área ocupada por essas mesmas estruturas, zonas de circulação, secretária, mesa de trabalho e lava-loiça rondava os 500 m³. Efetivamente a área agora a organizar situa-se nos 425 m², sendo composta por sala de receção e triagem de materiais, sala de inventário, zona de colocação de materiais musealizáveis e zona de depósito e armazenamento de materiais. Ao longo do ano de 2012, temos vindo a proceder a uma reorganização e melhoramento do edifício com o objetivo de reunir as melhores condições possíveis para o funcionamento de um espaço com estas características.

Atualmente decorrem trabalhos de construção de instalação sanitária e de elaboração de projeto de ordenamento do espaço de reserva, da responsabilidade técnica do Arquiteto Carlos Almeida,

do Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura.

Refira-se a título informativo que tem sido desenvolvido, sob a orientação do Diretor do Departamento do Centro Histórico, todo um trabalho de organização do espaço da futura reserva com a colaboração de outros serviços municipais.

Efetivamente, no espaço agora ocupado pelos materiais arqueológicos e por outros dois serviços da Câmara Municipal (Divisão de Informática e Depósito de Publicações), foram efetuadas, e ainda decorrem, uma série de tarefas com o intuito de o dotar das condições necessárias à sua utilização, nomeadamente limpeza, pintura e arranjo de portas e janelas, em articulação com outros serviços municipais – Departamento de Obras, Departamento de Ambiente e Qualidade, Brigada de Movimentação de Materiais e Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento.

Pelas razões acima referidas o inventário final e o tratamento dos materiais, não se encontra concluído. Existe ainda todo um trabalho a desenvolver, que justifica o convite formulado pelo Dr. Nuno Domingos.

A par do acompanhamento dos trabalhos atrás referidos e de coordenação e articulação entre os diversos serviços da Câmara Municipal envolvidos, tenho vindo a consultar os relatórios das intervenções arqueológicas. A ideia passa por cruzar a informação aí contida com os materiais existentes em depósito, com o intuito de constituir um documento de trabalho que auxilie à consulta dos materiais.

4. BREVE RESENHA HISTÓRICA DAS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO CONCELHO

“A riqueza patrimonial do Centro Histórico de Évora, traduzida no reconhecimento que a classificação como Património Mundial implica, tem, no território envolvente, uma contrapartida igualmente excepcional, embora naturalmente menos conhecida”
(Calado, Santos e Carvalho; 2008: 47).

Na realidade, na cidade de Évora estão cristalizadas “realidades históricas inseparáveis de uma paisagem que é, ela própria, um palimpsesto de memórias, algumas das quais consubstanciadas em monumentos de incontestável importância supra-regional” (Calado, Santos e Carvalho; 2008: 47). Destes destacam-se, naturalmente, os relacionados com a época do megalitismo e do período romano, frequentemente considerados, os mais marcantes pelos abundantes, bem como valiosos vestígios que ainda hoje pontuam este território.

Desde logo é importante destacar o trabalho do humanista André de Resende que, quer no domínio da arqueologia, quer da história, nos deixou um importante legado proveniente das suas investigações pessoais. Não obstante as acusações, fundadas ou não, de forjar as inscrições que recolheu, algo que Francisco Bilou veio agora contrapor repondo, porventura, alguma da justiça, o legado de Frei Resende reclama, ainda assim, particular atenção. Muitas das inscrições hoje conhecidas e estudadas foram recolhidas e analisadas por ele (Fernandes, 1996:18). Seguindo a moda da sua época, Resende é contudo inovador sobretudo no que respeita ao aproveitamento da epigrafia e da arqueologia em geral, uma vez que considerava as inscrições romanas como a fonte mais fiável da antiguidade visto reproduzirem fielmente na pedra a forma como escreviam os Romanos e darem (...) uma ideia mais directa da antiguidade (Fernandes, 1996:18).

Muito do que nos deixou, assentou na sua observação pessoal no terreno para onde se deslocava munido das suas ferramentas arqueológicas que lhe permitiam escavar onde lhe parecesse necessário. O conhecimento livresco que detinha, obtido através das fontes, era complementado por uma presença no terreno, onde colhia informações inéditas.

A Resende, Évora deve a obra *História da Antiguidade de Évora* a que ele próprio intitulou de *História da antiguidade da cidade de Évora*, em 1553 (Fernandes, 1996: 3).

Mais tarde e já no século XVIII, por iniciativa da Academia Real de História, instituída por D. João V, surgiram os primeiros inventários de antiguidade no nosso país.

Logo em 1734 surgiu o primeiro inventário nacional de monumentos

megalíticos da autoria do Padre Afonso da Madre de Deus Guerreiro que contabiliza 315 antas das quais 66 estavam localizadas na região de Évora (Rocha, 2009: 54). O conhecimento das funcionalidades de alguns dos Dólmenes dos arredores de Évora era, à época, ainda incipiente (Silva, 1992: 7).

Ainda no século XVIII, Frei Manuel do Cenáculo, na obra *Monumenta Linguae Iberae* publicada em 1793, divulga as suas descobertas arqueológicas referentes ao *Oppidum* de Cola, perto de Ourique e, com o espólio oriundo das suas escavações, forma o Museu de Évora.

Nos finais do século XIX o italiano arquiteto e cenógrafo Giuseppe Cinatti e Augusto Filipe Simões foram os responsáveis pela restauração do mais emblemático monumento e ex-libris da cidade - o Templo Romano.

Tal como refere Paulo Simões Rodrigues, em 1836, o Governador Civil de Évora – António José Ávila, mandou fechar o açougue do Templo de Diana e entregou as chaves à Câmara Municipal. Decisão que criou condições para que se procedesse, nos anos 40, à primeira operação de restauro do templo romano, realizada por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, na altura responsável pela Biblioteca Pública de Évora, pois desde 1802 que cabia aos directores das bibliotecas públicas recolher e conservar o património arqueológico nacional (Rodrigues, 2000: 277).

Cunha Rivara levou então a cabo a demolição das construções que prendiam a Inquisição ao templo, e ao mesmo tempo as primeiras escavações arqueológicas no perímetro do templo. No decorrer da escavação (1845 ou 1846) foram descobertos os tanques adjacentes e achados os restos de base de uma estátua, três fragmentos de esculturas romanas, uma pequena medalha e algumas lucernas, que hoje se encontram no Museu de Évora (*Idem, Ibidem*: 277).

Posteriormente, e por dificuldades económicas, as escavações não tiveram prossecução e a degradação do monumento acentuou-se.

Em 1869, e perante o estado cada vez mais fragilizado do monumento, Augusto Filipe Simões, arqueólogo e responsável pela direcção da Biblioteca Pública de Évora, desde 1863, “propõe a recuperação da estrutura do templo, da pureza estilística original, através da demolição dos acrescentos medievais (...) e aluir tudo o que não fosse romano” (*Idem, Ibidem*). Terá sido, tal como refere António Carlos Silva, a situação de ruína eminente, o grande argumento para Augusto Filipe Simões propor estas demolições (1995: 69). A proposta mereceu o apoio dos engenheiros de obras públicas do distrito de Évora, Caetano da Câmara Manuel e João Macário dos Santos e do arquitecto Giuseppe Cinatti, chamado para examinar o monumento pelo próprio Augusto Filipe Simões. O executivo municipal ignorou o projeto de Augusto Filipe Simões e o projeto teve de esperar mais algum tempo e até que uma

nova vereação, chefiada por Manuel Viana, em 1870-1871, viabilizasse o restauro do templo. Contudo, e depois das exigências dos cidadãos pela preservação das paredes medievais, o Presidente da Câmara promoveu uma consulta a diversas personalidades consideradas habilitadas no que concerne aos estudos artísticos, arqueológicos e históricos. Os pareceres revelaram uma grande divergência de opiniões de entre reputados especialistas em escultura, arquitetura e arqueologia, que revelaram sensibilidades diferenciadas. A maioria “considerou que os acrescentos medievais eram uma profanação e um abastardamento da arquitectura romana e pronunciou-se aprovando a iniciativa de Augusto Filipe Simões” (Rodrigues, 2000: 279). Este parecer conduziu o Presidente da Câmara, em 1870, “a determinar que se procedesse ao restauro da traça original do Templo de Diana, concedendo a direcção da obra a Giuseppe Cinatti. A Augusto Filipe Simões coube a vigilância do trabalho dos operários”. António Francisco Barata viria a substituí-lo por motivos de saúde (Rodrigues, 2000: 280).

Tal como refere Paulo Simões Rodrigues (2000: 281) “a criação ou recriação da ruína do Templo de Diana desvendou os vestígios de uma primeira arquitectura” (...) que levou Cinatti a fixar a ancestralidade de Évora na época romana.

Ainda no decorrer do último quartel do século XIX, tal como referem os autores (Carvalho e Santos, 2009: 30) Gabriel Pereira nos seus *Estudos Eborenses: história, arte e arqueologia* faz referência aos vestígios arqueológicos, conhecidos na época, nas margens orientais da Serra de Monfurado, com a ilustração do monumento 1 de Pinheiro do Campo (S. Sebastião da Giesteira). Dando prossecução aos objetivos de divulgação da arqueologia no concelho, Joaquim Possidónio da Silva e César Pires, dedicam-se a descrever quase em exclusivo o megalitismo funerário ou os grandes achados de época romana (Carvalho e Santos, 2009: 31).

O século XX foi também marcado pela atividade arqueológica, já que muitos investigadores contribuíram com estudos mais ou menos específicos, para o ampliar da base de dados concelhia. Vários trabalhos de prospeção e escavação concorreram para a difusão do conhecimento relativo ao distrito e ao concelho de Évora.

Na verdade os trabalhos de prospeção e escavação realizados por conceituados investigadores tornaram esta cidade e esta região como um dos locais mais marcantes da Arqueologia em Portugal. Investigadores como Georg e Vera Leisner, Philine Kalb e Martin Höck, Jorge de Oliveira, António Carlos Silva, Manuel Calado, Mariana Diniz, entre outros, foram protagonistas ativos da atividade arqueológica.

Pode então referir-se que o século XX registou dois momentos decisivos na intervenção arqueológica no concelho. Um primeiro momento logo na primeira metade do século com a publicação do primeiro Decreto onde é atribuída a cerca de 20 antas da região, a classificação de Monumento Nacional.

Posteriormente, na década de 30, Manuel Heleno, então diretor do Museu Nacional de Arqueologia, dá novo incentivo ao estudo do Megalitismo da região de Évora. Os seus trabalhos abrangeram parte dos concelhos de Montemor-o-Novo, Mora, Coruche, Arraiolos e Estremoz (Rocha, 2005). A sua publicação recente (Rocha, 2005) constituiu um estímulo para a prossecução do trabalho de escavações contribuindo para um maior conhecimento da realidade arqueológica da região.

Nas décadas de 40 e 50 Georg e Vera Leisner deram um importante contributo para o estudo do megalitismo eborense, com prospeções e escavações (Calado, Santos e Carvalho, 2007: 08) divulgadas através da obra *Antas dos Arredores de Évora*, onde arrolaram, localizaram e descreveram um total de 152 monumentos (Silva, 1992: 9).

Nas mesmas décadas, Évora registou um período marcado não apenas pelas desobstruções e restauros protagonizados pela Antiga Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Santos/Val-Flores, 143), mas também pela identificação do Castelo do Giraldo, já na segunda metade do século, ou seja, em 1957, por Afonso do Paço e José Fernandes Ventura. Ali foram recolhidos fragmentos de recipientes cerâmicos de vários tipos (principalmente taças hemisféricas e pratos de bordo), instrumentos de pedra polida, percutores e um pequeno punhal de cobre.

Nas décadas de 60 e 70, Henrique Leonor Pina, José Pires Gonçalves - “Grupo do Hospital” que integrou nomes como Galopim de Carvalho e Quintino Lopes - deram a conhecer “um aspeto inédito do megalitismo alentejano: os menires e os cromeleques” (Silva, 1992: 9).

Em 1964, Henrique Leonor Pina identificou os dois mais importantes elementos do megalitismo do concelho de Évora – Anta Grande do Zambujeiro e o Cromeleque dos Almendres. Este último trata-se do maior e mais bem conservado recinto megalítico português e está situado no extremo oriental da Serra de Monfurado, a cerca de 12 Km a Oeste da Cidade de Évora (Alvim, 1997: 5). Na sequência dessa identificação, na década de 80, Mário Varela Gomes e Carlos Tavares da Silva realizaram escavações. Concluindo que muitos dos monólitos se encontravam ainda nos alvéolos originais, procederam à sua recuperação arquitetónica através da sua re-ereção.

José Pires Gonçalves contribuiu também com a descoberta de dois imponentes menires, derrubados situados junto ao Monte da Casbarra, na estrada de ligação Évora - Arraiolos. Um

deles em forma de estela e com cerca de 4 metros de comprimento encontra-se junto à estrada do lado Sul. O outro, em forma cilíndrica com cerca de 3,5m encontra-se junto ao caminho que leva ao Monte da Casbarra.

Ainda na década de 60, ocorreu a descoberta, em 1966, do Cromlech da portela de Mogos, e em 1967, o menhir da Herdade das Veladas. Em 1969, o Menhir da Herdade da Correia (Évora); (Pina, 1971: 151). A década de 80 marca uma grande viragem, e o início de outro marcante período da arqueologia no concelho.

A criação dos Serviços Regionais de Arqueologia do IPPAR, que reunia quadros de vulto (tais como Caetano Mello Beirão, Rui Parreira, António Carlos Silva e Rafael Alfenim (ainda hoje presentes), Virgílio H. Correia, permitiu, com o apoio da Câmara Municipal e outras entidades, realizar intervenções arqueológicas importantes para o ampliar do conhecimento nesta matéria. Datam deste período as intervenções arqueológicas do Templo Romano, realizadas por Theodor Hauschild, especialista consagrado nos domínios da Época Clássica e Antiguidade Tardia, e uma das maiores autoridades hoje reconhecidas internacionalmente no domínio da História da Arte, da Arquitetura e da Arqueologia da Antiguidade (MACIEL, J., 2007: 25) [Entrevista ao Professor Theodor Hauschild As Cidades Património da Humanidade], *Revista de História da Arte*, nº 4, 25, 24-27. As escavações permitiram concluir que o Templo Romano da cidade pertence ao tipo períptero sobre pódio, é conhecido na Península Ibérica, atualmente, apenas em outras duas cidades - Mérida, capital da Lusitânia, e em Barcelona. Tinha a singularidade de apresentar, em três lados, um tanque de água circundante, característica conhecida hoje apenas no templo do fórum de Luni, Itália. São igualmente de destacar o criptopórtico e a praça que envolvia o templo, formando uma área separada e elevada em relação ao fórum (Hauschild, 2007: 27).

Mais tarde, e já nos finais da década, iniciaram-se os primeiros projetos de prospeção de superfície, com o objetivo da elaboração da carta Arqueológica do Concelho de Évora. Integrada no contexto da produção de uma Carta Arqueológica Nacional, esse levantamento, coordenado por Jorge de Oliveira (Oliveira et al., 1987), sofreu com os escassos apoios proporcionados pelo IPPC (Calado, Santos e Carvalho, 2009). Em simultâneo, e porque Évora oferecia um enorme potencial para a investigação arqueológica, a Universidade de Newcastle desenvolve - com o objetivo de estudar o contexto arqueológico do recinto megalítico dos Almendres - o projeto Evora Archaeological Survey (EAS) coordenado por Colin Burgess, em 1987. (Calado, Santos e Carvalho, 2009: 49).

No início de 1993, um grupo de alunos, do Curso de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa, orientados por Manuel Calado, efetuam prospeções de superfície com o objetivo de

detetar vestígios do Neolítico Antigo. Acabaram por identificar um conjunto de três dezenas de menires graníticos - o recinto megalítico de Vale de Maria do Meio. Dois anos mais tarde Manuel Calado avança com os trabalhos de escavação e, pela existência de vários núcleos de *habitat* do Neolítico Antigo/Médio a escassas centenas de metros do local, situa o monumento nesse período cronológico.

Panagiotis Sarantopoulos, no início do segundo milénio, publica o que foi a *Actividade Arqueológica em Évora na Última Década do século XX*, onde, de forma breve, divulga não apenas os projetos de investigação realizados no Concelho na última década do século XX, como também nos dá conta das intervenções arqueológicas de emergência, dentro do perímetro urbano. No mesmo artigo divulga também uma listagem de publicações promovidas pela autarquia e faz referência à realização de conferências, colóquios e projetos de valorização de sítios onde a atividade arqueológica é a temática central.

A arqueologia é também a temática central do Boletim da Câmara Municipal de Évora, que no ano 2000 edita o nº 4. Aí são publicados artigos que resultam de projetos desenvolvidos por investigadores não apenas locais mas também de outras universidades e institutos, tal como Mariana Diniz, Francisco Bilou e João Luís Cardoso, para referir apenas alguns, que demonstram o interesse pela prática interdisciplinar da Arqueologia.

No *Em torno do Sítio da Valada do Mato (Évora) e das Comunidades do Neolítico antigo no Interior Alentejano*, Mariana Diniz discute questões ligadas ao estudo e caracterização cronológica e cultural das primeiras comunidades neolíticas estabelecidas no interior alentejano, na sequência da identificação do sítio pré-histórico da Valada do Mato, no início dos anos 90.

Francisco Bilou nos seus *Testemunhos arqueológicos da rede viária romana na região de Évora* revela os contextos, funcionalidades e estratégias da rede viária romana, que constituíram uma das maiores afirmações do poder imperial romano. Francisco Bilou com esta publicação contribuiu não apenas para clarificar a importância estratégica de *Ebora* como *caput viae* e a sua centralidade face aos importantes eixos de ligação entre o Tejo e o Sado, onde sobressaíam as cidades de *Olisipo* e *Salácia*, com a capital *Augusta Emerita*, como também o importante papel civilizador da *civitas eborensis* (Bilou, 2000: 144).

João Luís Cardoso e outros publicam o *Cromeleque de Portela de Mogos (concelho de Évora) – estudos geoarqueológicos e paleobotânicos*, que resultaram de projetos desenvolvidos por investigadores de áreas transversais.

A Revisão do Plano Diretor Municipal de Évora, concluída em 2003, foi o pretexto perfeito para

se atingir um patamar superior na organização da arqueologia do concelho de Évora. “Convém recordar que o PDM anteriormente em vigor foi um dos pioneiros em Portugal, numa época em que o património arqueológico não era, em geral, uma preocupação neste tipo de instrumentos de planeamento e de gestão” (Calado, Santos e Carvalho, 2008: 49).

Em meados de 2008, a Câmara Municipal de Évora, através do Departamento do Centro Histórico, desenvolve o projeto de elaboração da Carta Arqueológica do concelho de Évora. Com a exposição sobre a Carta Arqueológica de Évora, Setembro-Dezembro/2008, o Departamento do Centro Histórico, deu a conhecer os primeiros resultados da primeira fase dos trabalhos de prospeção arqueológica, que conduziram à descoberta de cerca de meio milhar de novos sítios arqueológicos.

Nos finais da primeira década do séc. XXI, Francisco Bilou e José d’Encarnação publicam no Ficheiro Epigráfico 88 da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2009) o artigo *LÁPIDE FUNERÁRIA DA HERDADE DA TORRE DO LOBO, TORRE DE COELHEIROS, ÉVORA (Conventus Pacensis)*. Este artigo divulga a identificação duma estela junto à parede nascente do Monte da Torre do Lobo, em 2008, por Mário Carvalho e João Santos, cuja identificação surgiu no âmbito dos trabalhos de prospeção para a elaboração da Carta Arqueológica do Concelho de Évora. A lápide, após exposição no Átrio dos Paços do Concelho, está agora guardada no Depósito Arqueológico da Câmara Municipal de Évora.

O ano de 2010 foi um ano importante para a arqueologia em Évora, com o lançamento da obra *A Refundação do Aqueduto da Água da Prata em Évora*, da autoria de Francisco Bilou. No âmbito da primeira edição do Mestrado de Arqueologia e Ambiente da Universidade de Évora, o autor e responsável pela Divisão de Turismo do município, fora o primeiro aluno a defender a sua dissertação, em Novembro de 2009, que mereceu a aprovação dum júri internacional, com a mais alta classificação.

Com esta obra ficaram, finalmente, esclarecidas muitas dúvidas acerca da fundação do Aqueduto de Évora que tinham subsistido até à identificação dos testemunhos da sua origem e, Évora pode, de alguma forma, redimir-se perante André de Resende, de algumas menos justas acusações.

5. **A** ARQUEOLOGIA NO MUNICÍPIO DE ÉVORA

Apesar da longa tradição arqueológica no concelho de Évora, o município não teve até ao presente um Gabinete de Arqueologia, naturalmente porque houve outras prioridades. Contudo, desde finais de 1989, a Câmara Municipal de Évora tem ao seu serviço um arqueólogo, situação que se tem revelado manifestamente insuficiente, para as necessidades de acompanhamento da atividade arqueológica desenvolvida, nomeadamente ao nível da arqueologia empresarial.

A Universidade pela atividade desenvolvida nesta matéria tem desempenhado um importante papel para a dinamização da atividade arqueológica, nomeadamente aquando da realização das obras do PROCOM e PROSIURB com todo o acompanhamento arqueológico efetuado nesse âmbito. Ainda assim, há que reconhecer que a autarquia carece de outros técnicos e outras valências. Não é apenas necessário criar um espaço de reserva e salvaguarda de materiais, mas também criar os mecanismos de trabalho de acompanhamento das intervenções arqueológicas realizadas no âmbito dos imperativos legais em vigor.

Não querendo que esta análise constitua uma crítica, mas antes uma constatação, verifica-se a dispersão dos materiais arqueológicos. Esta dispersão verifica-se não apenas pela inexistência de instalações, mas também pela atuação das empresas de arqueologia. Estas mantêm os materiais em seu poder devido à dificuldade da sua guarda após a realização dos trabalhos arqueológicos. Grande parte dos materiais, ou seja, aqueles que têm valor museológico, encontra-se depositada no Museu Nacional de Arqueologia, no Museu de Évora, aliás, de acordo com as normas legais existentes. Por um lado o n.º 3, do art.º 74.º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, define que os bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos constituem património nacional, devendo ser garantidos os princípios para o seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação. Por outro, a alínea a) do art.º n.º 3 da Lei 47/2004 – Lei-Quadro dos Museus Portugueses, define aqueles espaços com o objetivo de “garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos”.

Acresce ainda e de acordo com o estipulado nos n.ºs 1 e 2 do Art.º 75º da Lei 107/2001, que aos bens arqueológicos se aplica o princípio da conservação pelo registo científico, “em qualquer

lugar onde se presume a existência de vestígios, bens ou outros vestígios arqueológicos, poderá estabelecer-se uma reserva arqueológica de proteção, de forma a garantir a execução de trabalhos de emergência, com vista a determinar o seu interesse”.

Considera-se assim que se deve promover a criação de uma rede de reservas de materiais arqueológicos a nível nacional, em articulação, sempre que possível, com a Rede Portuguesa de Museus. É fundamental criar espaços onde se possam guardar todos os materiais recolhidos pelos arqueólogos e mantidos na sua posse, promovendo o seu estudo e divulgação.

A comunidade académica, certamente beneficiaria com a criação duma Reserva Arqueológica. A proximidade à Universidade colmataria algumas das dificuldades sentidas pelos investigadores quando pretendem estudar materiais no âmbito de trabalhos de investigação académicos.

Por fim, a existência de uma grande concentração de sítios de habitat com cronologias desde a Pré-História até ao período Romano, passando, naturalmente pela profusão de monumentos megalíticos, testemunham a enorme importância deste território desde tempos muito remotos. Em complemento, devemos assumir que existe um enorme interesse por este filão de conhecimento que deve, do nosso ponto de vista, ser acarinhado e, mais, estimulado.

São estes alguns aspetos que justificam que haja continuidade, uma maior atenção, uma atitude mais interventiva de todas as entidades e cidadãos, que por esta ou outra razão se envolvem com a arqueologia, e, que, em última análise, fundamentam, claramente, a criação da Reserva Arqueológica.

6. OS ARMAZÉNS DA PALMEIRA – O ESPAÇO E A HISTÓRIA

O novo espaço de depósito do espólio arqueológico e que se pretende que venha a constituir a futura Reserva Arqueológica, está situado no “arrabalde da Palmeira” espaço histórico-arqueológico, referido pelo menos desde os finais do séc. XIII – em 1296 é referido como um ferragial da almuinha da Palmeira, à Rua de Alconchel, - foi integrado no espaço urbano após a construção da Cerca Nova e delimitado pela referida Cerca e pelas Ruas de Alconchel e do Raimundo.

Segundo Afonso de Carvalho em 1296 citam-se umas casarias e um ferragial, que se confrontavam com “Rua dalconchel e com almuinha da palmeira e com Nuno Rodriguez e com casarias que vendeo Stevam Rodriguez”.

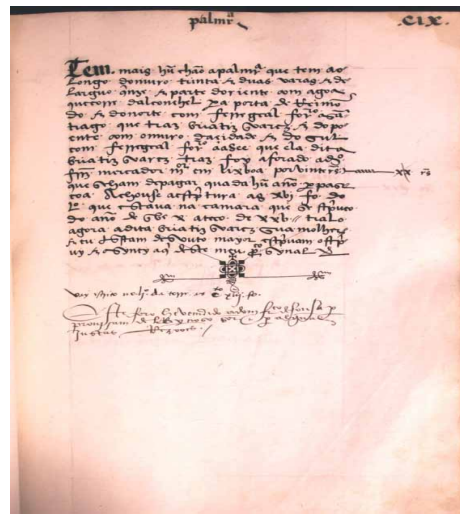
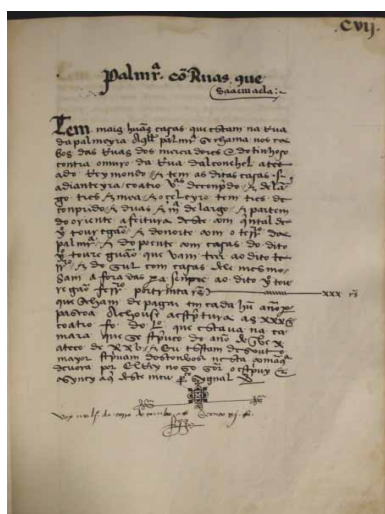
No século XIV os arrabaldes da Palmeira e de S. Domingos alastravam-se em direção ao terreiro que mais

tarde se definiria como a Praça ou Praça Grande, a atual Praça do Giraldo, como o novo centro da Cidade (Carvalho, 2004; 81).

Quanto à origem do topónimo, esta não é conhecida. Afonso de Carvalho refere que poderá ter “a ver com palma que os peregrinos, os palmeiros ou palmeirins” (homens bons), do tempo de D. Afonso Henriques, traziam quando chegavam de Jerusalém (Carvalho, 2004: 107).

Nos séculos XIV e XV um vasto espaço não urbanizado estendia-se da Porta da Lagoa à do Rossio, cujos terrenos agrícolas da Palmeira ligavam-se aos restos do antigo Chão Domingueiros, uma área não urbanizada. Esta situação altera-se a partir do século XVI, embora o Arrabalde da Palmeira já seja conhecido no século XIII (...) e a travessa com o mesmo nome apareça no século XV (Carvalho, 2004: 304).

Em 1536 o espaço é referenciado no Tombo das Demarcações como confinante a oriente com “(...) dalconchel e a Porta do Raimundo, tal como se pode verificar pelas seguintes imagens.



Tombo das Demarcações de Évora, Fundo CME. Lvº. 134, [1536] Cx. 58, fl. CVII, e CIX..

O topónimo Travessa da Palmeira, que separou este arrabalde da Judiaria, manteve um carácter predominantemente agrícola até aos finais do século XX, altura em que foi completamente urbanizado e onde hoje se situa o atual Hotel Mar de Ar Muralha (Carvalho, 2004: 102).

Na década de 70, do século passado, o espaço encontrava-se registado na Repartição de Finanças do Concelho de Évora, Freguesia de Santo Antão, Art.º 826 da Matriz Cadastral como sendo propriedade de Miguel Fernandes Barreiros, com a seguinte descrição: “Uma

casa situada na travessa da Palmeira nº 4 e 6 compreendendo os seguintes pavimentos: rés do chão com 13 divisões e 1º andar com 7.- Uma fábrica de cortiça no rés do chão e celeiros no 1º andar”. Desde há alguns anos este espaço está afeto à Câmara Municipal, nomeadamente como armazéns da Divisão de Mobilidade, e a parte superior à Divisão de Eletromecânica, como espaço de recolha de materiais.

7. SÍTIOS INTERVENCIONADOS COM MATERIAIS EM DEPÓSITO

A informação aqui presente foi obtida através da consulta aos relatórios que se encontram no Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura. Por contingência de espaço optámos por referir neste capítulo apenas os locais intervencionados, cujo espólio se encontra depositado na Câmara Municipal de Évora. Em anexo apresentamos os outros sítios intervencionados cujos materiais se encontram à guarda de outras entidades.

1. DESIGNAÇÃO: RUA DE BURGOS/RUA DA ALCÁRCOVA DE CIMA - INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO PALÁCIO DE GOUVEIA – RESULTADOS PRELIMINARES

Equipa Responsável pela Intervenção:

Empresa/Arqueólogo: Direção da arqueóloga Dr.^a Ana Gonçalves e Dr. Rui Parreira

Colaboração técnica do Dr. Virgílio Correia e Dr. António Carlos Silva e dos assistentes de arqueólogo Ivone Beirão, Carolina Páscoa, Luísa Nata, Fátima Dias Pereira, José Biléu, Lélia Guerreiro no desenho, e Ana Cristina Calais.

Data: Os trabalhos decorreram no ano de 1989.

Descrição: A Casa Nobre da Rua de Burgos foi erguida no século XVI por iniciativa de ignorado fidalgo, na sequência da instalação em Évora de diversas famílias que integravam a corte de D. Manuel.

Nos finais do século XVIII, de acordo com a documentação reunida por Espanca (1957:109), a casa era propriedade do cônego secretário capitular da Sé, José Joaquim Nunes de Melo (1740-1820), que ali instalou um Museu de História Natural, cuja coleção foi, (...) parcialmente desfeita por altura das invasões francesas, durante o saque de Évora de Julho de 1808 – passando uma parte depois à posse do Marquês de Tomar e do Rei D. Pedro V, que ofereceu as peças à Biblioteca Pública de Évora. No século XIX tornou-se proprietário do Palácio o conselheiro José

Carlos Gouveia, onde residiram os seus descendentes até que a casa foi vendida à Comissão de Coordenação da Região Alentejo (CCRA) e que provocou uma profunda remodelação.

A intervenção foi realizada no âmbito das obras efetuadas na muralha tardo-romana, denominada de Cerca Velha, no troço da Alcárcova de Cima, tendo por objetivo:

- Investigar do ponto de vista histórico-arqueológico os dados sobre a Casa Nobre da Rua de Burgos;
- O salvamento arqueológico, por escavação de áreas eventualmente afetadas pelas obras de reabilitação;
- A investigação arqueológica, conservação e reintegração dos níveis de ocupação na zona da casa de Burgos anteriores à construção da casa nobre, como contributo para a história de Évora;
- O estudo arqueológico, conservação e musealização da zona da Alcárcova de Cima.

Metodologicamente utilizou-se o sistema de medição geral implantado em 1988 consistindo na quadriculagem de toda a área por um sistema de coordenadas cartesianas (X/Y/Z), sendo o eixo X paralelo à muralha e a cota equivalente à altitude do lugar (NN = marégrafo de Cascais).

Para a desmontagem das terras procurou-se seguir sempre que possível a estratificação dos sedimentos, que por dificuldades de leitura estratigráfica que apresentaram as terras do sítio durante a decapagem, usou-se um sistema de estratigrafia artificial, estabelecendo sectores de escavação por quadriculagem aproximadamente de 1 m x 1 m.

Procedeu-se ao registo fotográfico e registo à escala de 1:20, cotando sistematicamente os planos obtidos pela desmontagem de sucessivas camadas artificiais.

As terras foram desmontadas manualmente e integralmente passadas pelo crivo, à exceção do conjunto estratigráfico superior.

Os Drs. António Carlos Silva e Virgílio Correia foram fundamentais para a discussão das evidências arqueológicas e para a definição das estratégias da escavação e direção administrativa do processo, enquanto diretor do então SRAS.

A área em estudo foi intervencionada em duas zonas – Casa da Rua de Burgos e Alcárcova de Cima. A zona da Casa Nobre da Rua de Burgos evidenciou uma intensa ocupação do local ao longo de diversas épocas, com grande importância para o entendimento da história urbana de Évora. Reportando-se à área escavada na zona da Casa Nobre da Rua de Burgos, foi feita uma leitura provisória das estratigrafias registadas e uma apreciação sumaríssima dos materiais recolhidos, que a seguir se apresenta.

Materiais: O primeiro período reporta-se à Época Romana e revelou, numa primeira fase um solão de granitos alterados, de um muro em pedra, de direção norte/sul, do qual é visível apenas

o paramento oriental. Parece não se terem conservado os níveis de ocupação associados a esta estrutura que pode relacionar-se com a habitação com paredes decoradas com estuque pintado, escavadas na zona da Alcárcova de Cima.

Numa segunda fase, revelou a construção de um edifício de grandes dimensões e de função desconhecida, com implantação duma caleira de escoamento em *opus signinum* ao longo da sua face oriental e um espaço descoberto paralelo ao edifício, alongado e com cerca de 5 metros de largura. Do lado oposto deste espaço, que os arqueólogos interpretaram como rua ou pátio de circulação, implanta-se uma ínsula urbana (que pode remontar à fase I) e que se evidencia através de um sistema de muros cuja ortogonalidade é definida pelo conjunto edifício/rua (...). A ocupação do interior desta ínsula ficou impressa num conjunto estratigráfico que embala materiais datáveis nos séculos I e II. As casas com estuque pintado podem ter subsistido, de forma parcial, à existência deste grande edifício.

Toda a área diante do edifício é terraplanada, o que corresponde à existência de um estrato muito potente que embala materiais de construção, restos de estuque pintado e objectos – que apontam para uma datação no século III dos materiais carreados de níveis de ocupação anteriores (Gonçalves, 1989: 4).

Esta terraplanagem pode corresponder à edificação da Cerca Velha sobre as bases do grande edifício, sobrepondo-se a sua face exterior. O segundo piso é assumido como andar nobre, o que era visível pelo alinhamento e decoração barroca das respetivas janelas.

Na fase quatro, que corresponde ao final do século XIX, não houve alterações estruturais, mas evidenciavam-se grandes obras de beneficiação e decoração, introduzindo-se diversos elementos do entretanto demolido Convento do Paraíso, tais como diversas portas almofadadas e tetos interiores em madeira de carvalho trabalhada e os azulejos da escadaria, datados do século XVII. O estudo mais aprofundado das estratigrafias estruturas coube aos arqueólogos responsáveis pela intervenção. Os achados numismáticos foram encaminhados para o Museu Monográfico de Conimbriga e confiados a Virgílio Correia (numismas romanos) e a Conceição Lopes (numismas medievais e modernos), no âmbito da cadeira de numismática que lecionava na Faculdade de Letras de Coimbra. As cerâmicas de época muçulmana foram confiadas a Rosa Varela Gomes, a pedido da interessada.

Em depósito, com esta designação, existem 387 contentores.

Não foi possível apurar o número exato de contentores referentes à cronologia da intervenção, pelo fato de alguns conterem materiais de cronologias diferentes.

Bibliografia:

GONÇALVES, Ana e PARREIRA, Rui (1989) - Relatório dos Trabalhos Arqueológicos e resultados preliminares – Escavação Arqueológica - Palácio de Gouveia- Rua de Burgos/Rua da Alcárcova de Cima. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

2. DESIGNAÇÃO: TERMAS ROMANAS DE ÉVORA - SONDAGENS ARQUEOLÓGICAS

Equipa Responsável pela Intervenção:

Empresa Hipocausto – Gabinete de Prestação de Serviços, Lda.

Coordenação da arqueóloga Dr.^a Ana Gonçalves com o apoio técnico da Dr.^a Elena Morán.

O estudo dos materiais foi da responsabilidade do arqueólogo Felix Teichner.

Data: Os trabalhos decorreram entre os dias 28 de Setembro e 2 de Outubro de 1998.

Descrição: As pesquisas arqueológicas foram realizadas no subsolo da área exterior contígua ao *laconium* das termas públicas da Évora romana no edifício dos Paços do Concelho. Estas pesquisas realizaram-se na sequência da proposta efetuada pela Câmara Municipal de Évora e em área definida pelo arqueólogo municipal para pôr a descoberto uma estrutura de fomalha. A sondagem teve como objetivo o estudo do sistema de aquecimento das termas.

Esta revelou “o sistema de aquecimento de ar, a partir de um lume feito em câmara aberta e diretamente sobre um chão de tijoleiras e tégulas fixas com argamassa de cal e colocadas diretamente sobre a rocha”. A área da fomalha que se liga ao hipocausto apresenta junto à base uma fresta com a espessura de uma tijoleira, que tinha por finalidade potenciar a ventilação e acelerar o arejamento” (Gonçalves, 1998).

Foram revelados também escassos restos cerâmicos que permitem datar o muro nos séculos I-III d.C.. Às cerâmicas provenientes dos níveis inferiores é-lhe atribuída a cronologia dos séculos I-III. Os materiais cerâmicos recolhidos na sondagem da escavação podem ser divididos em dois conjuntos de material diferente: material cerâmico de época tardo-medieval/moderna e material cerâmico de plena época romana dos mesmos séculos.

Relativamente aos primeiros, estes são alguidares, jarras, potes e testos, de pasta vermelha com engobe vermelho, especialmente tigelas e pratos parcialmente alisados. Os potes têm a forma com uma base plana, bojo ovoide, colo reduzido, boca alargada com rebordo saliente, horizontal na parte superior e boleada no lado exterior. Os testos são homogéneos, têm uma forma troncocónica, de pega central interior, em forma de lingueta, lábio boleado e fundo em bolacha bem diferenciado e de base irregular.

Foram também reveladas algumas peças de cerâmica já vidrada, dominando as vidradas/esmaltadas em cor verde obscuro, às vezes muito brilhante, havendo menos peças de tom melado. As formas mais características são as escudelas e os pratos. As escudelas têm um fundo ligeiramente côncavo ou um pé em anel e as paredes são verticais ou sub-verticais, inclinadas para o exterior. Os pratos com as superfícies meladas apresentam bordos oblíquos ou sub-horizontais (Gonçalves, 1998).

Fragmentos de pratos e tigelas de faiança, proto porcelana e porcelana (normalmente com decoração azul sobre fundo branco) que indicam tratar-se do século XVI ou até XVII, foram identificados também nos complexos 98/1-98/21 a uma cota média de 98.25.

Foram ainda identificadas lucernas/candeias, características da época tardo-medieval/moderna, com câmara aberta e bico tribolado, dominando os exemplares em barro puro, mas havendo também exemplares com vidrado.

Relativamente ao material cerâmico de plena época romana, ou seja, dos séculos I-III d. C. nos complexos 98/22-98/35 domina o material da época imperial romana, misturado com algumas peças mais recentes (tardo-medieval, moderna).

Segundo os responsáveis, as únicas formas identificáveis de cerâmica comum romana são jarras com gargalo reduzido e lábio boleado e potes com bordo horizontal. De registar também alguns fragmentos de *Terra sigillata*, sobretudo das formas Drag.35/36, Drag.27, provenientes exclusivamente da produção da *sudgallia* e da *hispania*. As lucernas típicas romanas são representadas através das formas *Loeschke I*, ou seja, com volutas e *Loeschke VIII*, de bico redondo.

Provas de ânforas do tipo *Almagro 51* e *Dressel 14* também foram identificadas, concentrando-se em termos cronológicos no final do século I, no século II e também no III.

No complexo 98/35, o material encontrado resume-se a um pequeno pote de bordo extrovertido, com uma concavidade na face interna destinada a sustentar a tampa e com asa, cuja datação foi associada à época romana imperial.

Para além do material cerâmico foram ainda encontradas algumas moedas, que confirmam a cronologia obtida através das cerâmicas, ou seja:

Moeda romana, As, Roma, séc. I ou II; - Complexo 98/15

Moeda portuguesa. D. Duarte, 1433-1438; Idem

Moeda portuguesa, ½ Real preto. D. Afonso V- 1438-1481

Moeda portuguesa. D. João III, 1521-1557; Complexo 98/16

Moeda portuguesa. D. Duarte I, 1433-1438; Idem

Tesourinho das Moedas Portuguesas;

- a) ½ Real preto. D. Afonso V, 1438-1481
- b) Idem
- c) Idem
- d) Real preto. D. João I, 1385-1433
- e) Ceitil. Rv: Leão? (Afonso V – ou Castela
- f) Indeterminada
- g) Fragmento de bronze.

Para além de todos os materiais, segundo os responsáveis, a sondagem evidenciou o sistema de aquecimento do *caldarium* e de paredes romanas incorporadas nos alçados do atual edifício. Os materiais encontram-se no Depósito Arqueológico da Câmara Municipal de Évora – existem catorze contentores de espólio referentes à intervenção de 1998.

Bibliografia:

GONÇALVES, Ana (1998) - Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos – Escavação Arqueológica – Termas Romanas de Évora. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

3. DESIGNAÇÃO: PRAÇA JOAQUIM ANTÓNIO D'AGUIAR – PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO

Equipa Responsável pela Intervenção:

Empresa OCRIMIRA, Investigação Arqueológica e Patrimonial, Lda.

Coordenação do Dr. Miguel Correia com o apoio técnico do Dr. Nelson Almeida e da antropóloga Dr.^a Teresa Matos Fernandes, da Universidade de Évora.

Data: Os trabalhos decorreram, numa primeira fase, entre 10 de Janeiro e Março de 2000. A segunda fase, entre Abril e Maio do mesmo ano.

Descrição: O acompanhamento arqueológico decorreu no âmbito da construção do novo parque de estacionamento subterrâneo na Praça Joaquim António d'Aguiar.

A primeira fase realizou-se após o início dos trabalhos de escavação do futuro parque de estacionamento, correspondente aos trabalhos de acompanhamento da escavação da Zona 1,



com elaboração dum relatório intercalar.

A segunda fase compôs-se por trabalhos de escavação da Zona 2, 3 e 4, com a elaboração de um relatório final.

A presente intervenção teve como objetivo averiguar a natureza dos vestígios e a época a que se reportavam e verificar a existência de estratos arqueológicos no local, já que naquele espaço, em época anterior ao século XIX, existia uma igreja anexa ao Convento de S. Domingos.

A metodologia utilizada fez-se por meio de processo topográfico de implantação de uma malha de referência. A elaboração das sondagens foi feita segundo a orientação do muro do jardim na Zona 1, servindo de base para todas as outras, dividida em quadrículas de 1mx1m, com remoção de terras superficiais de revolvimento por meio mecânico, e escavando por estratos. O trabalho de escavação das ossadas foi feito a pico e colherim, por planos sucessivos, fazendo-se o registo fotográfico e gráfico.

Materiais: Os trabalhos arqueológicos efetuados na Praça Joaquim António de Aguiar revelaram a existência de um património arqueológico de duas naturezas completamente diferentes: um nível de inumações cristãs, sobre um conjunto de silos islâmicos e um conjunto de cerâmicas islâmicas, dos finais desta presença em Évora, ou seja, do período Almóada.

Foram recolhidos restos osteológicos de fauna, cerâmica e carvões.

O material cerâmico possui tipologias muito diversas destinadas a funções próprias. São peças de cozinha de mesa e de armazenagem, com especial destaque para as de armazenagem, de excelente qualidade e associadas ao período Almóada, constituindo os primeiros indícios arqueológicos deste período para esta zona da cidade.

Os enterramentos foram associados à estrutura da antiga Igreja de São Domingos pelo número de indivíduos inumados (53) o que induz estar-se em presença de uma necrópole de população civil, não apenas pelo registo de ambos os sexos, como pela dispersão das idades ser muito ampla.

Tipologicamente identificaram-se sepulturas de forma ovoide e sepulturas antropomórficas. As sepulturas de forma ovoide serão as mais antigas e as que se registaram no espaço mais próximo da igreja, ou seja, o que teria sido usado primeiro. As sepulturas identificadas numa área mais periférica são de tipologia antropomórfica, supostamente mais recentes, de construção mais cuidada, resultando uma simetria muito perfeita e um acabamento de boa qualidade e que corresponderão a uma fase posterior. Esta tipologia só tem paralelo na Catalunha, na necrópole medieval de l'Esquerda, de Osona, onde as cabeceiras foram escavadas de forma a criar o género

de um nicho à medida da cabeça. “Esta característica poderia significar um reforço da imobilização do cadáver, usual nos rituais medievais de inumação (...) de forma a provocar uma saída imediata do espírito, impedindo-o de regressar ao corpo”. (Correia/Almeida, 2000).

Parece não oferecer dúvidas a cronologia dos enterramentos e esta se situar num período de domínio cristão, provavelmente ao período da Reconquista – séc. IX-XI. Fundamenta este parecer o facto dos corpos se encontrarem junto a um templo cristão, colocados em decúbito dorsal e orientados no sentido E-O e não em decúbito lateral, como era praticado pelos muçulmanos.

Quanto ao espólio arqueológico exumado, este reporta-se a um conjunto de cerâmicas islâmicas, mais concretamente dos finais desta presença em Évora – do período almóada. O espólio é composto, na sua maioria, de peças de excepcional qualidade, sobretudo as tigelas vidradas de tonalidades meladas, decoradas inteiramente a óxido de ferro, um fragmento de corda seca total ou parcial, cerâmicas de pastas brancas, representado sobretudo em candis. Para além das cerâmicas mais luxuosas de importação há ainda a registar outro grande grupo, também de proveniência externa, de características bem mais simples e que têm a particularidade de a mica estar ausente na sua composição plástica.

O material exumado foi lavado, marcado, estudado e embalado (à exceção dos restos osteológicos faunísticos) que foram unicamente embalados.

O espólio foi entregue à Câmara Municipal de Évora. Os restos osteológicos humanos encontram-se depositados no Polo da Mitra, da Universidade de Évora.

Do relatório final, vol. II, constam 43 sacos de espólio, aos quais correspondem 29 fichas de entre cerâmicas. Medalhas, vidro e material osteológico.

Em depósito contabilizaram-se, referentes à cronologia apresentada, 15 contentores de espólio desta proveniência.

Bibliografia:

CORREIA, Miguel e ALMEIDA, Nelson (2000) - Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos – Escavação Arqueológica - Parque de Estacionamento na Praça Joaquim António Aguiar. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.



4. DESIGNAÇÃO: PRAÇA 1º DE MAIO - MERCADO DO PEIXE – SONDAGEM ARQUEOLÓGICA

Equipa Responsável pela Intervenção:

Universidade de Évora

Coordenação do Professor Jorge de Oliveira com a codireção da Dr.^a Carmen Ballesteros.

Data: Os trabalhos decorreram entre 3 e 17 de Outubro de 2000.

Descrição: As sondagens arqueológicas decorreram no âmbito das obras de Requalificação do Mercado 1º de Maio, com o objetivo de determinar o género de trabalhos arqueológico a desenvolver face ao projeto de Requalificação de todo o Mercado. As sondagens realizadas, pelas suas características específicas, não permitiram conclusões muito alargadas.

A metodologia utilizada consistiu na abertura de duas sondagens verticais - uma na parede norte e outra na parede oeste da atual cave do Mercado do Peixe. Procedeu-se ao desentulhamento das antigas escadas de acesso ao local, procurando-se identificar paredes de tamponamento (...) e possíveis passagens para outro espaço semelhante ao existente, mas de muito maiores dimensões (Oliveira/Ballesteros, 2000, 17).

Parece provável que a cave existente no Mercado do Peixe terá tido a função original de cisterna, provavelmente relacionada com o antigo Palácio Real ou mesmo com os jardins deste, que em conjunto, ocuparam parte significativa da atual Praça 1º de Maio.

Materiais: Das terras e entulhos em que assentaram as escadas foram identificados alguns fragmentos de cerâmica comum, de mesa e de cozinha, constituídos, sobretudo, por asas de cântaro e de bilhas de Estremoz, bordos de alguidar e fundos de fogareiro datáveis do século XVIII e XIX. Foram também recolhidos alguns fragmentos de azulejos que poderão ser datáveis no período que medeia entre o século XVIII e a primeira metade do século XX. A maior parte dos fragmentos recolhidos é datável do século XVIII.

No relatório não há qualquer referência ao local de depósito dos materiais.

Contudo, os materiais que ficaram à guarda do Laboratório de Arqueologia da Universidade de Évora foram recentemente transferidos para o Depósito da Câmara Municipal de Évora.

Em depósito existem 20 contentores de materiais desta proveniência, mas referentes a 2001.

Bibliografia:

OLIVEIRA, Jorge de e BALLESTEROS, Carmen (2000) - Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos – Escavação Arqueológica - Mercado do Peixe. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.



5. DESIGNAÇÃO: RUA ALCÁRCOVA DE CIMA

Equipa Responsável pela Intervenção:

Empresa/Arqueólogo: Laboratório de Arqueologia da Universidade de Évora

Coordenação do Professor Jorge de Oliveira com a codireção da Dr.^a Carmen Ballesteros e apoio técnico do Dr. João Parreira.

Data: Os trabalhos decorreram em Dezembro de 2000.

Descrição: Os trabalhos de acompanhamento arqueológico (que decorreu à medida que se procedeu à abertura das valas) efetuaram-se no âmbito da obra de abertura de valas para implantação de tubagens do sistema elétrico e de telecomunicações, bem como os tubos e as caixas do sistema de esgotos.

A metodologia utilizada consistiu na abertura de 3 valas. Uma primeira vala com 3 metros de comprimento por 0,70m de largura e 1,50m de profundidade. A vala 2, distante da primeira cerca de 8 metros a oeste, com 2,90m de comprimento por 0,80m de largura e 1,50 m de profundidade. Sobre a vala 3 não temos indicações sobre as suas dimensões.

O local é, do ponto de vista arqueológico, sensível, não apenas pelos vestígios de ocupação romana, desde os séculos I e II, mas também porque se situa muito próximo da Cerca Velha, que o topónimo árabe *Alcárcova* corrobora. Ali também se situa a construção mais antiga identificada no local - a *Domus* romana - datável do séc. I. Sobre a *Domus*, foi, nos séculos III e IV, construída a muralha romana, constituída por silhares preenchidos por taipa militar.

Próximo do local, e ainda visíveis, situam-se a Torre do Sisebuto, onde hoje se localiza o Restaurante “O Grémio”. Uma segunda torre situada ao início da rua, na qual provoca uma reentrância, encontra-se atualmente a descoberto, sendo os silhares da sua base bem visíveis. A terceira torre localiza-se no interior da Casa Nobre da Rua de Burgos num espaço atualmente musealizado, e uma quarta torre – a do Caroucho – implantada no Restaurante “A Muralha”, que teve como função a defesa da antiga Porta de Alconchel (Oliveira e Ballesteros, 2000: 2).

Materiais: Com a abertura da vala 2 foi identificado um silhar com chanfradura, presumivelmente relacionado com a Cerca Velha ou derrube desta. Revelou ainda alguns fragmentos cerâmicos datáveis dos séculos XVII/XVIII, que se encontravam em níveis de terra previamente revolvidos. Na vala 3 foi identificado um muro certamente pertencente à *Domus* romana anterior à Cerca Velha. Aí recolheram-se alguns fragmentos de *tegulae* e de cerâmica comum de cronologia indeterminada, um fragmento de faiança datável do séc. XVIII e um fragmento de estuque com pintura, recolhidos em níveis de terra com revolvimentos recentes.

Os materiais ficaram inicialmente depositados no Laboratório de Arqueologia da Universidade de Évora, tendo passado para o Depósito da Câmara Municipal de Évora, em finais de 2010.

Os materiais em depósito não correspondem à cronologia descrita no relatório.

Bibliografia:

OLIVEIRA, Jorge de, BALLESTEROS, Carmen (2001) - Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos – Escavação Arqueológica – Rua Alcárcova de Cima - *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

6. DESIGNAÇÃO:- RUA DIOGO CÃO

Equipa Responsável pela Intervenção:

Empresa/Arqueólogo: Laboratório de Arqueologia da Universidade

Coordenação do Professor Jorge de Oliveira com o apoio técnico da Dr.^a Carmen Ballesteros e do Dr. Luís Carvalho.

Data: Os trabalhos decorreram no mês de Abril de 2001.

Descrição: Os trabalhos arqueológicos consistiram no acompanhamento das obras de abertura de valas para colocação de cabos elétricos no subsolo.

Foram abertas valas desde a rua 5 de Outubro até ao edifício da antiga igreja de S. Pedro. A primeira vala foi aberta junto ao alçado norte da igreja. A segunda vala foi aberta frente à entrada da Pizzaria “Pane & Vino” e a terceira frente ao nº 6 da Rua Diogo Cão. Foi ainda aberta uma quarta vala na zona compreendida entre a rua 5 de Outubro e a loja denominada “Artequestre”.

Materiais: A vala 1 revelou material osteológico humano. As valas 2 e 3 tinham fragmentos cerâmicos modernos e medievais e vestígios de fauna inseridos em contextos de revolvimento de terras. Na vala 4 foram recolhidos fragmentos cerâmicos modernos e medievais e vestígios de fauna.

Não foram identificados materiais arqueológicos inseridos em contextos preservados que possam estabelecer cronologias seguras. Contudo, os responsáveis apontam para uma cronologia do séc. XIII/XIV para os ossários e enterramentos identificados e levantados.

Alguns vestígios ósseos encontravam-se inseridos na estrutura argamassada que serve de alicerce à antiga igreja, o que leva a supor que os enterramentos, reduções e ossários se inseriam numa banda cronológica que vai do séc. XIII ao XV, data em que ocorreu a reformulação da antiga Ermida de S. Pedro.

O espólio arqueológico encontrado é composto essencialmente por fragmentos de cerâmica

comum de cronologia medieval, material numismático medieval e fragmentos metálicos de cronologia indeterminada.

Estes materiais ficaram depositados no Laboratório de Arqueologia da Universidade de Évora, tendo sido recentemente transferidos para o Depósito da Câmara Municipal de Évora.

Em depósito encontram-se 4 contentores de espólio que correspondem à cronologia referida.

Bibliografia:

OLIVEIRA, Jorge de e BALESTEROS, Carmen, (2001) Relatório Preliminar de Trabalhos Arqueológicos – Rua Diogo Cão – *Relatório Preliminar*. Acessível na Câmara Municipal de Évora, Évora, Portugal.

7. DESIGNAÇÃO: RUA CÂNDIDO DOS REIS

Equipa Responsável pela Intervenção:

Empresa OCRIMIRA – Investigação Arqueológica e Patrimonial, Lda.

Coordenação do arqueólogo Dr. Miguel Correia, com participação pontual dos Drs. Valdemar Canhão, Nelson Almeida, Rui Venâncio, Eduardo Porfírio, Carolina Grilo, Rafael Temperado e os técnicos Ricardo Costa e Pedro Almeida. Pelo facto da intervenção se realizar numa das principais ruas medievais da cidade, e pela possibilidade de se encontrarem vestígios arqueológicos, houve ainda a participação da Dr.^a Carmen Ballesteros da Universidade de Évora.

Data: Os trabalhos arqueológicos decorreram entre 2 de Agosto e 11 de Setembro e entre 11 de Outubro e Novembro de 2000 e Março e Abril de 2001.

Descrição: Os trabalhos arqueológicos realizaram-se por iniciativa da Câmara Municipal de Évora, no âmbito de profundas obras de saneamento e de remodelação no Centro Histórico.

O objetivo dos trabalhos arqueológicos foi, essencialmente, um trabalho de salvaguarda patrimonial e de registo de carácter urgente, e não uma investigação preparada.

A metodologia utilizada, tendo em conta que se tratou de uma intervenção de carácter urgente e de salvaguarda patrimonial, foi essencialmente o registo baseado na recolha mecânica de materiais que pudessem caracterizar cada uma das estruturas, o registo fotográfico do corte, o das suas dimensões, a sua localização exata na rua e o seu registo gráfico, sempre que justificável.

Materiais: Durante os trabalhos de remeximento do subsolo da Rua da Lagoa foi possível identificar um conjunto de 136 silos. Estas estruturas eram covas abertas diretamente no solo geológico, resultantes de uma influência mourisca, servindo para armazenar e conservar cereal em grão.

No decorrer dos trabalhos foi encontrado, na esquina da Rua da Lagoa com a da Mostardeira e fora de contexto arqueológico, um peso de lagar romano, esculpido de forma cilíndrica de 70 cm de diâmetro e 82 de altura. Apresenta dois entalhes em forma de cauda de andorinha, nos topos, opostos entre si, com dois orifícios circulares a meia altura de cada um deles. Em cada uma das superfícies do topo e do fundo encontram-se duas cavidades circulares centralizadas, com 25 cm de diâmetro. O topo regista intenso desgaste.

Do interior dum dos silos foi exumada uma estela funerária medieval, granítica, em forma circular com dois motivos cruciformes.

Foram também encontradas cerâmicas de produções, na sua maioria de âmbito local, marcado por pastas argilosas, típicas de terrenos graníticos, com a presença da mica e do quartzo como elementos desengordurantes.

Foram também encontradas faianças de produções muito incipientes, enquadráveis nos finais do séc. XV, caracterizadas pelas pastas decantadas de tonalidades beges ou rosadas, cobertas em ambas as superfícies por um vidrado pouco brilhante, baço, decorado em alguns casos com ziguezagues e linhas cromáticas de azul claro.

No que respeita às formas, dominam, sobretudo, as de contenção: cântaros e bilhas de fundo estreito, bojo largo e colo alto, de dupla ou uma só asa com sulco largo longitudinal, fazendo lembrar formas ainda presentes no quotidiano rural alentejano.

Os alguidares são também uma presença constante em quase todos os silos; de pastas muito rudes, com diferenças tipológicas entre si muito pouco significativas, surgindo por vezes bordos mais alongados, mas sempre dentro do mesmo tipo. A superfície interna leva uma aguada de um laranja vivo, passando um pouco abaixo do bordo na superfície externa. Há um alguidar decorado na superfície externa com incisão a pente de 10 dentes, com movimento contínuo e outro em ziguezague, impressões com um carimbo no topo do bordo e dupla unguilação externa sobre o mesmo.

Também se registaram algumas infusas, panelas e tigelas. Muitas destas formas apresentam fundos convexos, algumas delas com linhas incisivas sob o bordo, no lado externo. Algumas tigelas têm sulco para tampa no topo do bordo. Algumas formas de fundo estreito, plano alargando subitamente para o bojo, com um colo quase reto, bem diferenciado do bojo, com bordo estreito biselado e dupla asa, idênticas a algumas registadas em Mértola, para os finais da presença islâmica.

Uma grande quantidade de testos, todos eles aplanados no fundo, do lado oposto à pega, subindo

com ligeira inflexão até ao bordo. Registaram-se também muitas tampas talhadas em pedra ou esculpidas em fragmentos de bojos de grandes talhas, que serviriam para tapar os cântaros.

As candeias estão bem presentes, com ou sem asa na parte traseira. Algumas fichas cerâmicas de jogo, reaproveitando bojos de cântaros, rondando os 4 centímetros de diâmetro.

Foi encontrada uma peça bastante curiosa, interpretada como um tipo de amuleto para pendurar nos arreios de cavalo. Trata-se de um pingente em forma de “S”, muito bem desenhado, fabricado em bronze, possuindo ainda resquícios de um banho em ouro. Do topo parte o aro pelo qual a peça era pendida.

Relativamente a numismas, este conjunto não é muito significativo. Os poucos exemplares encontrados estão bastante corroídos, sendo difícil a sua leitura.

Num universo de 15, 6 deles são completamente ilegíveis, em 2 é impossível o reconhecimento do reinado, conseguindo-se, no entanto, identificar no seu reverso as três torres do castelo de Ceuta para lá das ondas do mar intercontinental (Ceitis), sobejando 8 exemplares dos quais se reconheceu o reinado da sua cunhagem. As cunhagens situam-se entre os reinados de D. João I e D. Manuel. As mais antigas são as três de D. João I, nº 6, 13, e 14, cunhadas entre 1386/97 e 1385/1433, respetivamente, um único exemplar de D. Afonso V, nº 5, de 1439/1451 e, a mais recente, um ceitil de D. Manuel I, nº 1, de 1495/1521. Restam ainda dois ceitis cujo estado de conservação não permitiu mais do que aferir uma cunhagem entre os reinados de D. João II e D. Manuel.

Em conclusão, de entre o material arqueológico exumado é curioso que prevalecem as produções cerâmicas locais, dominadas sobretudo por recipientes de contenção de água, cântaros, alguns púcaros de dimensões muito reduzidas que serão certamente os pucarinhos pequenos para moços pequenos. Foram também postas a descoberto infusas, púcaras de água, alguidares (em grande quantidade), panelas, tigelas, testos, candeias e cerâmica de construção, dominadas pela habitual telha de meia cana, nitidamente de uma forte influência islâmica.

Não foi apenas a produção local a ser posta a descoberto, as faianças de importação também se revelaram, embora em escasso número.

Para além do material osteológico e arqueológico, foi revelado um outro dado arqueológico importante, ou seja, os lixos domésticos. Identificaram-se muitos restos de fauna piscícola, doméstica e cinegética. De entre as espécies animais de caça, o javali esteve bem presente, reconhecido pelos seus dentes. Registou-se ainda a presença de alguns bovinos e osso de aves

de muito pequeno porte, bem como cascas de ovo. Dos restos de fauna piscícola não foi possível reconhecer se se tratava de espécies fluviais ou marinhas, sendo que as espécies marinhas estavam representadas por choco e pela ostra.

Foram ainda identificados alguns restos de escórias metálicas.

Embora o relatório refira que o material se encontra no Depósito Arqueológico da CME, não foi encontrado espólio com esta identificação.

Bibliografia:

CORREIA, Miguel (2002) – Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos – Escavação Arqueológica – Rua Cândido dos Reis. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

8. DESIGNAÇÃO: - PRAÇA 1º DE MAIO – MERCADO DOS LEGUMES

Equipa Responsável pela Intervenção

Laboratório de Arqueologia da Universidade de Évora

Coordenação do Professor Jorge de Oliveira com o apoio técnico da Dr.^a Carmen Ballesteros e codirecção do Dr. Gerardo Vidal Gonçalves.

Data: Os trabalhos arqueológicos decorreram entre 2 de Agosto e 4 de Setembro de 2001.

Descrição: Os trabalhos arqueológicos realizaram-se no âmbito das obras de Requalificação do Mercado 1º de Maio, decorrendo na sequência das sondagens realizadas entre Janeiro e Julho de 2001.

Os trabalhos de acompanhamento arqueológico tiveram como objetivo determinar o género de trabalhos arqueológico a desenvolver face ao projeto de Requalificação de todo o Mercado.

A metodologia utilizada consistiu no acompanhamento continuado do revolvimento de terras com desenvolvimento de escavação em locais onde se identificaram novas estruturas arqueológicas, sendo que os revolvimentos de terra foram objeto de especial acompanhamento sempre que se atingiram cotas próximas daquelas a que nas sondagens prévias tinham sido identificadas estruturas arqueológicas.

A partir das cotas onde foram identificadas estruturas arqueológicas nas sondagens prévias desenvolvidas, a retirada de terras foi feita com especial cuidado, para que as estruturas identificadas nas sondagens não sofressem qualquer tipo de impacto negativo.

Foram identificadas 4 sondagens – A, B, C e D.

Materiais: Da sondagem **A** foram retirados 3 elementos de colunas, de provável cronologia tardo-

romana, destruídos no decorrer da obra.

Da sondagem **D**, correspondente a um silo aberto no extrato geológico, foram retirados materiais cerâmicos de época romana e medieval-islâmica, restando apenas a parte final do bojo e fundo do silo.

Na zona norte do Mercado dos Legumes foi identificado um conjunto de pilares com alvenaria de pedra de grande calibre e tijolo com ligante de argamassa, sobre os quais se desenvolviam arcos, que os diretores científicos pensavam ter pertencido a um provável criptopórtico em relação com alguma construção existente nesta zona dos jardins do antigo Palácio de D. Manuel.

As fundações destas estruturas foram estabelecidas em níveis estratigráficos que apresentam materiais cerâmicos de época islâmica e romana, sem que pudesse ter permitido estabelecer uma cronologia para a construção, já que uma das pedras que fazia parte do aparelho construtivo de um dos pilares apresentava vestígios de fratura por efeito da utilização da pólvora.

Contudo, foram identificados fragmentos de pavimento que apresentaram materiais cerâmicos de época medieval-islâmica e romana, pelo que foi considerada a hipótese de alguns compartimentos terem sido construídos em época posterior à construção dos pilares e estrutura em arcaria, provavelmente, nos séculos XVIII ou XIX, a partir do momento em que o Palácio de D. Manuel foi votado ao abandono por D. Sebastião e pelos Filipes, (...) a partir da data da desamortização dos bens da Igreja (Oliveira e Ballesteros, 2001, p.5).

Nas sondagens **B**, **C** foram identificadas estruturas arqueológicas que foram devidamente protegidas, não se retirando delas qualquer tipo de materiais, mas estando os materiais de construção associados a cronologias de época romana, medieval e islâmica.

Em depósito encontram-se 14 contentores de espólio datados do ano de 2001.

Bibliografia:

OLIVEIRA, Jorge de, BALLESTEROS, Carmen (2001) – Relatório Preliminar de Trabalhos Arqueológicos – Acompanhamento Arqueológico - Mercado 1º de Maio – Mercado dos Legumes. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

9. DESIGNAÇÃO: PRAÇA DO SERTÓRIO – RUA VASCO DA GAMA

Equipa Responsável pela Intervenção:

Empresa/Arqueólogo: Câmara Municipal de Évora

Coordenação científica do Dr. Panagiotis Sarantopoulos com o apoio técnico do Dr. Miguel Correia e da Dr.^a Cláudia Lemos.

Acoordenação dos trabalhos antropológicos foi da responsabilidade da Dr.^a Teresa Matos Fernandes



e do Dr. Pedro Almeida do Laboratório de Antropologia Biológica da Universidade de Évora.

Data: Os trabalhos arqueológicos decorreram entre Junho e Julho de 2002.

Descrição: O acompanhamento arqueológico decorreu no âmbito da obra requerida pela Eletricidade de Portugal, SA. e pela Câmara Municipal de Évora, que consistiu na abertura dum vala com 80 cm de profundidade e cerca de 250 metros, ao longo do Centro Histórico, designadamente numa área *intra* Cerca Antiga, entre a Praça do Sertório e a Rua Vasco da Gama, para colocação dum cabo de média tensão e fibra ótica para TV Cabo.

A obra foi da responsabilidade da empresa MECI, integrada no programa de investigação intitulado “Arquitectura Pública de *Ebora Liberalitas Ivlia*”, aprovado pelo IPA, em 1998.

A intervenção arqueológica teve como objetivo prevenir e minimizar os impactes sobre os materiais e estruturas que eventualmente se viessem a descobrir no decorrer da obra, bem como recolher informações de carácter arqueológico e proceder à sua caracterização e interpretação do ponto de vista científico.

De realçar que se estava em presença dum zona de altíssima sensibilidade arqueológica e como tal a intervenção apresentava-se de extremo cuidado.

A metodologia utilizada consistiu no acompanhamento da abertura das valas que foi feita mecanicamente, no registo e descrição das ocorrências das estruturas e materiais arqueológicos.

Na **Praça do Sertório**, do ponto de vista arqueológico, a única estrutura encontrada a cerca de 20 cm de profundidade, foi o resto de parede feita de pedra ligada por argamassa com cerca de 60 cm de largura, numa extensão ao longo de 12,50 m, com um alinhamento paralelo ao edifício da Câmara Municipal e distando desta cerca de 2 metros, e que foi identificada como uma estrutura romana, pelo facto de respeitar a ortogonalidade da antiga *Ebora Liberalitas Ivlia*.

Na **Rua de São Tiago**, num troço aberto no lado Noroeste da rua, frente da Igreja de S. Tiago, pôs a descoberto vestígios da antiga necrópole de população natural inumada, a 80 cm de profundidade, que subiu aos 60 cm próximo da Rua Nova.

A vala aberta revelou 9 enterramentos (dos quais dois se encontravam inumados em decúbito dorsal e orientados sensivelmente a Nordeste) segundo ritual cristão, 8 dos quais dispunham-se numa extensão de cerca de 3 metros de comprimento e 60 cm de largura, situada na área circundante da Igreja de São Tiago e outro enterramento, designado por nº 9, localizado isoladamente numa área mais periférica.

No **Largo Alexandre Herculano**, frente ao edifício do IPPAR de Évora, foram identificados dois silos.

O silo 1, encostado à fachada do edifício com o número de polícia 16, a uma profundidade de cerca 30/40 cm de profundidade em relação ao topo da calçada com cerca de 1.20 m de diâmetro máxima. O silo 2, encontrado junto à empena que encosta perpendicularmente à fachada do nº 16 com cerca de 1.15.m de diâmetro máximo, apresentava apenas a metade inferior do seu corpo, mas permitindo a recolha de algum material do período islâmico.

Foi ainda posto a descoberto, próximo do silo 2, entre este e a porta com o nº 16, um resto de um muro sensivelmente paralelo à fachada da mesma porta, que se compunha de pedra e argila, com uma largura de 58 cm.

No recanto do Largo Alexandre Herculano, junto a uma porta com ogiva gótica, nas traseiras da loja do IPPAR, detetou-se uma inumação isolada respeitando o ritual cristão.

Na Rua Vasco da Gama, na inflexão com o Largo Alexandre Herculano, foi detetado um alicerce (...) feito à base de pedra solta e argamassa atirada sem propósito, onde se encontrava a base de uma coluna romana, nitidamente fora do seu contexto original (Correia, 2003: 7).

Tratava-se de um alicerce bastante largo com 2.10 cm de largo, desde a fachada até à extremidade onde se encontra o referido elemento arquitetónico (*Idem, Ibidem, 8*).

Foi também encontrado um terceiro silo, de diâmetro considerável, por debaixo de uma canalização do século XIX, possivelmente já inícios do século XX. Encostado a este silo encontrou-se um piso em *opus signinum*, que o autor presumiu pertencer a uma antiga piscina do período Romano (Correia, 2003: 10).

Apesar de um dos limites da estrutura ter sofrido destruições com o silo (...) um outro limite, perpendicular a este encontra-se ainda intacto, permitindo reconhecer o seu enquadramento com a ortogonalidade da antiga cidade romana (Correia, 2003: 10).

Um pouco acima da rua, na zona onde esta começa a alargar junto ao edifício da Fundação Eugénio de Almeida, foi detetado mais um silo.

No pequeno largo, criado pelo alargamento da Rua Vasco da Gama, frente à Fundação Eugénio de Almeida, descobriram a uma profundidade de 70 cm em relação à rua actual, um troço de calçada de características romanas, com uma largura significativa, cuja orientação, paralela ao edifício do Instituto de Estudos Teológicos, encaixava perfeitamente com a ortogonalidade da antiga cidade romana.

A descoberta de um troço de calçada, que pelas características que apresenta – “6 metros de largura, porticada em ambos os flancos –” levou os responsáveis a afirmar tratar-se “da via por excelência de *Ebora Liberalitas Ivliã*, ou seja a via *Decvmanvs Maximvs*” (Correia, 2003: 28).

A abertura transversal dum vaia veio contribuir para pôr a descoberto diagonalmente toda a



largura da via, constatando-se ter uma largura de 5.70 m, cerca de 19 pés romanos.

A abertura duma outra vala junto à fachada do edifício em questão permitiu a deteção dos seguintes elementos:

- Um muro feito apenas de pedra seca sobreposta, paralelo a todo o sentido da fachada e da calçada romana, a uma cota superior a esta última;

- Um conjunto de duas lajes de granito, sensivelmente quadrados, nitidamente associadas à calçada, cuja superfície apresentava gravado quatro linhas radiais, equidistantes sobre o arco do círculo, definindo quatro quadrantes;

- Duas pequenas lajes de granito do tipo do limite da via romana, colocadas em relação a esta mesma, fora do seu alinhamento, numa posição perpendicular à mesma cota;

- A ausência deste mesmo tipo de lajes de granito na via romana, em locais onde à partida deveriam existir, registando-se aí apenas terras negras com algum material de época islâmica;

A confirmação da largura da via em mais um ponto do seu flanco oposto à fachada do referido instituto. (Correia, 2003: 13)

Refere o autor que a calçada construída com grandes lajes de granito (...) algumas delas chegam a atingir 1 metro de comprimento, de forma sensivelmente rectangular, se encontravam cuidadosamente colocadas, quer paralela, quer perpendicularmente em relação ao eixo da via. (p.14). Eram ainda bem evidentes ainda os sulcos deixados pelo desgaste provocado pelo rodado dos antigos carros, não sendo contudo suficientemente perceptível as distâncias entre os mesmo, impossibilitando determinar a distância entre rodas.

As três lajes laterais à via, com delineamento de um círculo, serviriam para o assentamento de um pórtico, o que significa que à semelhança de muitas outras vias no interior de cidades imperiais, esta via era porticada, ou seja ladeada de colunas ao longo dos seus flancos (Correia, 2003: 14).

Materiais: Na Praça do Sertório foram postos a descoberto alguns materiais dos séculos XV/XVI No Largo Alexandre Herculano recolheu-se algum material do período islâmico, nomeadamente cerâmica comum, um dedal em cobre, restos osteológicos de fauna e um cabo de faca ornamentado feito em osso. Foram também exumados alguns fragmentos cerâmicos e de laje de mármore, que o autor presume ser do período romano.

No recanto do Largo Alexandre Herculano, junto a uma porta com ogiva gótica, nas traseiras da loja do IPPAR, detetou-se uma inumação isolada respeitando o ritual cristão.

No silo 1 da **Rua Vasco da Gama**, numa vala aberta a cerca de 1 metro de profundidade, foi recolhida alguma faiança datada da segunda metade do século XVII.

No silo 2, em forma lacrimal, com um diâmetro aproximado de 1,85m e uma profundidade de cerca de 2.15m a partir da cota da rua, que foi escavado na íntegra, foram retirados os restos duma magnífica tigela decorada a verde e manganês, gateada, com paralelos em Silves, e um bojo de uma jarra, pintada a verde e manganês, aparentemente com um motivo zoomórfico (Correia, 2003: 24).

Dentro da cerâmica comum encontraram-se vários exemplares de tigelas, de frigideiras, uma panela, um alcatruz, um fogareiro.

De entre este espólio do período islâmico, regista-se ainda alguns fragmentos cerâmicos romanos, nomeadamente o resto de uma candeia. (Correia, 2003:24).

O espólio osteológico proveniente da Necrópole da Rua de S. Tiago foi para o Laboratório de Antropologia Biológica da Universidade de Évora, identificado com a sigla LAH (Largo Alexandre Herculano)

Os materiais foram devidamente lavados, numerados e embalados e encontram-se depositados na Câmara Municipal de Évora.

Em depósito encontra-se um contentor de espólio com a cronologia descrita no relatório.

Bibliografia:

CORREIA, Miguel e ALMEIDA, Pedro (2003) – Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos - Acompanhamento – Praça do Sertório – Rua Vasco da Gama. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

10. DESIGNAÇÃO: - LARGO LUÍS DE CAMÕES, RUA JOSÉ ELIAS GARCIA E ALCÁRCOVA DE BAIXO

Equipa Responsável pela Intervenção:

Câmara Municipal de Évora

Coordenação da arqueóloga Dr.^a. Cláudia Lemos e com o apoio técnico da Dr.^a. Maria da Conceição Maia.

Data: Os trabalhos arqueológicos decorreram entre 7 de Janeiro e 28 de Março de 2003.

Descrição: Os trabalhos arqueológicos realizaram-se no âmbito das obras de colocação de diversas infraestruturas de saneamento, TV cabo, eletricidade e gás natural no subsolo das referidas ruas.

A intervenção teve como objetivo a prevenção e minimização dos impactes negativos sobre as estruturas e materiais que eventualmente se revelassem no decorrer das obras.

A metodologia utilizada foi sendo adaptada às circunstâncias, dentro do rigor científico necessário.

Os trabalhos foram efetuados segundo o sistema de coordenadas cartesianas X,Y e Z, orientado

a norte, com atribuição de valores absolutos às coordenadas X e Y, sendo o valor da cota Z correspondente a uma altitude absoluta do local.

Foi efetuado o registo gráfico e fotográfico de todas as estruturas, assim como dos perfis, cortes/alçados e do espólio mais significativo.

Materiais: No **Largo Luís de Camões** foram identificados alguns fragmentos de cerâmica, na maioria de pastas laranja e castanha avermelhada, um fragmento de cerâmica vidrada a amarelo do século XV e um fragmento de faiança do século XVIII. Foram ainda encontradas infusas e bilhas de cronologia indeterminada.

Pelo tipo de achados supõe-se que se trate de uma estrutura de origem islâmica e que terá sido mais tarde utilizada para abastecer a fonte construída no Largo de Camões no Século XVI.

Na **Rua José Elias Garcia** dos sete silos identificados, foram apenas escavados os silos 1 e 2 devido à urgência da obra, revelando materiais cerâmicos de formas associadas ao uso quotidiano, de produção local de âmbito regional, com predomínio das pastas argilosas por vezes com bastantes micas, areias e elementos desengordurantes.

Silo 1- Foi encontrado bastante material arqueológico, mas com domínio da cerâmica comum, principalmente alguidares com aguada interna, formas de contenção /bilhas e cantarinha) e tigelas. Fragmentos de fogareiro e de panelas com vestígios de contacto com o fogo e fragmentos de cerâmicas de pastas laranjas, alguns com aguada ou engobe. Também se encontraram vidrados verdes e amarelos dos séculos. XV/XVI.

Fragmentos de faiança, um fragmento de época islâmica, restos de ferro e bronze, fauna malacológica, cascas de ovos e restos osteológicos de fauna, foram retirados de uma das camadas da escavação.

De uma das camadas foram exumados vários fragmentos de época islâmica destacando-se uma taça com pé anelar e vidrado melado, uma tigela de pasta bege com pintura “tipo verde e manganês” e um fragmento de um candil. Registaram-se ainda alguns fragmentos de cerâmicas de pasta cinza, alguns com vidrado verde e amarelo e exemplos de faiança. Os objetos de contenção eram essencialmente bilhas, cantarinhas, alguidares, potes e algumas tigelas.

Silo 2 - Foram exumados vários fragmentos de candeias e testos, alguidares, bilhas e cântaros. Uma taça com pé anelar de pasta bege com vidrado melado de época islâmica, de pastas laranja/alaranjada com engobe ou aguada e fragmentos com vidrado verde e amarelo dos séculos XV/XVI. Na **Rua Alcárcova de Baixo** os trabalhos consistiram na abertura de uma vala destinada à

colocação de infraestruturas.

A abertura da vala apenas pôs a descoberto uma canalização de esgoto em granito, não tendo revelado quaisquer outro tipo de materiais.

A escavação dos silos revelou materiais cerâmicos constituídos essencialmente por formas associadas ao uso quotidiano, de produção local de âmbito regional, com predominância das pastas argilosas, por vezes com bastante mica e areias como elementos desengordurantes.

Todo o espólio foi limpo e marcado com a sigla LLC (Largo Luís de Camões) e RJEG (Rua José Elias Garcia) seguido do número da peça encontrando-se no Depósito Arqueológico da Câmara Municipal de Évora.

Em depósito encontra-se um contentor de espólio de cronologia indeterminada.

Bibliografia:

LE MOS, Cláudia, MAIA, Maria Conceição (2003) - Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos – Escavação Arqueológica – Largo Luís de Camões, Rua José Elias Garcia e Rua Alcárcova de Baixo. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

11. DESIGNAÇÃO: RUA DA ALCÁRCOVA DE CIMA – EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE RETIRADA E COLOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

Equipa Responsável pela Intervenção:

Câmara Municipal de Évora

Coordenação da Dr.^a Lotte Verena Plag e com o apoio técnico da Dr.^a Ana Teresa Medeiros de Almeida e Dr. Carlos Costa.

Data: Os trabalhos decorreram entre Julho e Agosto de 2003.

Descrição: A intervenção arqueológica decorreu no âmbito das obras de requalificação do Centro Histórico de Évora ao abrigo do *PROCOM* – Programa de Apoio à Modernização do Comércio.

A área intervencionada é contígua à Cerca Velha e às intervenções arqueológicas nas traseiras da Casa de Burgos, na qual foram detetados níveis de cronologias romanas, islâmicas, medievais, modernas e contemporâneas. Pelos motivos referidos atrás e pelo facto de a zona a intervencionar se situar junto ao conjunto arquitetónico da *Domus* romana, surgiu o interesse em intervencionar aquela área tanto para Este como para Oeste do pano da muralha encontrado.

A intervenção arqueológica teve como objetivo prevenir e minimizar os impactes, e foi orientada no sentido da deteção e recolha de informações de carácter arqueológico e respetivas caracterização e



interpretação sob o ponto de vista científico e patrimonial (Plag, 2003: 3).

A metodologia utilizada consistiu no acompanhamento diário e registo, gráfico, fotográfico e descritivo das ocorrências, das estruturas e dos materiais arqueológicos. Não foi possível fazer uma intervenção com aplicação metodológica rigorosa, devido às pressões de tempo, normais neste tipo de acompanhamento em obras de infraestruturas nos centros históricos das cidades. No decorrer dos trabalhos arqueológicos foram postas a descoberto 11 estruturas, das quais a 3, 4, 5, 6 e 7 apresentam características de construção idênticas às observadas nas estruturas da *Domus* da Casa de Burgos.

A tipologia dos materiais encontrados leva a concluir-se estar-se perante uma vasta presença cronológica, que se estende desde a época romana até à atualidade.

Materiais: Os materiais encontrados não são representativos uma vez que estavam descontextualizados, não sendo possível indicar a sua proveniência, embora se tenham encontrado alguns que mereceram ser estudados, tais como:

- Duas moedas – um ceutil do reinado de D. Afonso V (1438-81) e uma moeda de seis vinténs de prata do reinado de D. João V. (1706-1750);
- Dois alfinetes de cabelo datados do século XV/XVI;
- Um prego romano proveniente das terras de limpeza das estruturas 4 e 5;
- Dois fragmentos de cerâmica vidrada; uma corda seca total e outra de vidro verde-escuro;
- Um fragmento de taça em cerâmica de Matizes;
- Um fragmento de vidro de taça datada do século XVIII;
- Uma peça de jogo;
- Alguns fragmentos de cerâmica vidrada;
- Fragmentos de *sigillata Magd 565* e tipo *Drag II*;
- Fragmentos com pinturas.

A tipologia dos materiais encontrados leva a concluir-se estar-se perante uma vasta presença cronológica, que se estende desde a época romana até à atualidade.

No relatório não foi feita qualquer referência ao local de depósito dos materiais. Contudo, em depósito encontra-se um contentor de espólio do ano de 2003.

Bibliografia:

PLAG, Lote Verena (2004) - Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos – Acompanhamento Arqueológico – Alcárcova de Cima. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

12. DESIGNAÇÃO: PRAÇA DE SERTÓRIO – EXECUÇÃO DE OBRAS DE REMODELAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E DE PAVIMENTOS NA ALCÁRCOVA DE CIMA, TRAVESSA DE SERTÓRIO E PRAÇA DE SERTÓRIO

Equipa Responsável pela Intervenção:

Câmara Municipal de Évora

Coordenação do Dr. Panagiotis Sarantopoulos com o apoio técnico do Dr. Lotte Plag e Dr.^a Ana Teresa Medeiros de Almeida.

Data: os trabalhos de acompanhamento arqueológico decorreram entre 13 de Agosto e 15 de Setembro de 2003.

Descrição: O acompanhamento arqueológico decorreu no âmbito da realização da obra designada por *Execução de Obras de Remodelação de Infraestruturas e de Pavimentos na Alcárcova de Cima, Travessa de Sertório e Praça de Sertório* tendo como principais objetivos, por um lado, evitar ou minimizar a afetação de eventuais vestígios patrimoniais, tanto de cariz arqueológico como arquitetónico e por outro, proceder ao registo dos referidos vestígios, quer fossem ou não afetados pela obra.

A metodologia utilizada consistiu na atribuição de um número sequencial a cada realidade identificada, correspondendo a uma unidade estratigráfica.

Foram realizadas duas sondagens arqueológicas, sendo os contextos arqueológicos essencialmente compostos por estruturas arquitetónicas e por vestígios de pavimentação.

Os trabalhos proporcionaram a descoberta de 32 contextos arqueológicos, sendo que no decorrer da sondagem se colocou a descoberto uma estrutura arquitetónica, que se verificou tratar-se de um aqueduto, de provável cronologia moderna. Aliás, a descoberta desta estrutura foi considerada a descoberta mais significativa da intervenção arqueológica realizada na Praça de Sertório.

Materiais: Os sedimentos provenientes das áreas escavadas forneceram um vasto espólio arqueológico cuja cronologia geral foi enquadrável nas épocas medieval e contemporânea.

A maioria dos materiais recolhidos é enquadrável com os contextos medievais-modernos cristãos. Apenas algumas cerâmicas possuem características enquadráveis nas produções islâmicas.

Os materiais são constituídos por material pétreo, metálico, osteológico e por vestígios de pavimentação, cujas amplitudes cronológicas se situam entre os períodos medieval, moderno e contemporâneo. Foi apenas recolhido um fragmento de cronologia segura. Trata-se dum fragmento manufacturado através da técnica da corda seca.

Do restante espólio cerâmico recolhido referem-se a cerâmica comum, com e sem vidrado, nomeadamente uma queijeira ou cincho, de carácter lúdico – malhas de jogo, e outras, tais como potes, infusas e talhas; dólios, candeias; canecas e ou copos asados; garrafas e ou cantis, testos, púcaros, panelas, tachos, caçoilas e escudelas.

Destaca-se ainda a cerâmica de construção e cerâmica de revestimento, ou seja fragmentos de tégulas, uma telha curva medieval-moderna e um fragmento de telha com decorações sinuosas na superfície. Quanto à cerâmica de revestimento compreende peças de azulejaria de faiança datáveis do século XVII-XIX, decoradas de forma monocromática – azul sobre branco e manganês sobre branco e de forma polícroma – azul e amarelo, sobre fundo branco.

As peças de faiança são em número muito reduzido, de produção nacional, atribuível aos séculos XVII-XIX, e de decoração monocromática e polícroma – azuis sobre fundo branco, vinoso sobre fundo branco e azuis e vinosos.

Foram ainda recolhidas peças de loiça contemporânea ornamentadas com pinturas azuis, verdes e negras, atribuíveis ao século XIX-XX.

O espólio metálico revelado é constituído, sobretudo, de peças metálicas de construção – pregos e cavilhas de cronologia indeterminada – de dois numismas e um anel fabricado em liga de cobre ou bronze.

Quanto aos materiais pétreos, o espólio é constituído maioritariamente por elementos de cantaria medieval-moderna, designadamente umbrais e soleiras. Foi ainda revelada uma mó com olhal, um movente de cronologia indeterminada.

Foi também recolhido um pequeno fragmento de elemento curvilíneo esculpido em mármore branco, aparentemente um elemento arquitetónico decorativo.

De referir também a presença de um almofariz talhado em mármore branco, de cronologia geral medieval-moderna.

Referir ainda a presença de material vítreo, que se resume a um fragmento de bordo e a um fragmento de argola. A primeira peça consiste num bocal, decorado com vidrado de reflexo metálico, que pertencerá a uma jarra, conectável com produções modernas e contemporâneas (séculos XVII-XIX). A segunda peça trata-se de uma argola, decorada com vidrado colorido e retorcido, cuja função seria, eventualmente de asa, provavelmente pertencente ao período moderno.

Foram ainda recolhidos a um nível superficial vestígios de estuque, de cronologia indeterminada, constituídas por pedaços com pinturas de várias cores. Destacam-se as pinturas de base cinzenta

decorada com motivos retilíneos brancos, cinzenta pintada com elementos vegetalistas verdes e vermelhos e cor base pintada com rosa, amarelo suave, amarelo-ocre com motivos pintados em castanho-vinoso, cor base branca emoldurada com bandas de tons terra e cor base branca decorada com motivos sinuosos pintados em tons vinosos.

Estes estuques, segundo os autores, sugerem habitações ricamente decoradas, pertencentes a uma classe social elevada, ou edifícios com funções profanas ou religiosas.

Finalmente referir o espólio osteológico que na sua maioria é constituído por fauna doméstica. O restante espólio é, essencialmente constituído por fauna mamalógica, tendo sido contabilizados 13 sacos de tamanho médio.

O espólio recolhido encontra-se no Depósito da Câmara Municipal de Évora.

Em depósito encontram-se 8 contentores de espólio.

Bibliografia:

SARANTOPOULOS, Panagiotis, (2003) – Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos – Escavação Arqueológica – Praça de Sertório. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

13. DESIGNAÇÃO: CONVENTO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS – PROJECTO DE BENEFICIAÇÃO E RESTAURO DO ESPAÇO CONVENTUAL - ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA DA SALA DO CAPÍTULO

Equipa Responsável pela Intervenção:

Empresa: Hipocausto, Gabinete de Prestação de Serviços, Lda.

Coordenação da arqueóloga Dr.^a Susana Dias com o apoio técnico da Dr.^a Maria da Conceição Maia, Dr. Frederico Carvalho e Dr.^a Belissa Barata.

A coordenação dos trabalhos antropológicos foi da Dr.^a Raquel Granja e Dr.^a Lúcia Ferreira do Laboratório de Antropologia Biológica da Universidade de Évora.

Data: Os trabalhos de escavação decorreram entre Agosto e Outubro de 2005.

Descrição: Os trabalhos arqueológicos decorreram no âmbito do processo de reabilitação e reconversão do espaço conventual. Os trabalhos de escavação arqueológica foram realizados no interior do edifício onde funcionam diversas instalações da Câmara Municipal de Évora, nomeadamente uma dependência do Departamento do Centro Histórico Património e Cultura com uma sala de restauro, instalações da Academia Eborae Música e ainda os serviços administrativos do Cemitério Municipal dos Remédios.

A intervenção teve como objetivo, e de acordo com a legislação em vigor respeitante à proteção e registo do património arqueológico nacional, reduzir ao máximo quaisquer danos patrimoniais passíveis de ocorrerem sobre estruturas ou espólio de interesse histórico e arqueológico postos a descoberto durante o processo de remodelação e escavação das infraestruturas existentes no local. As intervenções mais significativas realizaram-se aos níveis da cave e piso térreo, ou seja, na sala do capítulo, com o objetivo de tentar avaliar o interesse arqueológico do espaço através da identificação e registo das suas estruturas e ou níveis arqueológicos, procedendo-se à abertura de sondagens nas áreas mais sensíveis.

A necessidade de reestruturação mais profunda na área correspondente à Sala do Capítulo do convento conduziu a que se tivessem posto a descoberto um conjunto de enterramentos, embora não se tivessem identificado todos os níveis arqueológicos presentes no interior da Sala.

A metodologia utilizada consistiu na abertura da área total da sala em quadrículas com as dimensões de 2 x 2 metros, metodologicamente dirigidas de acordo com os princípios de P. Barker e E. Harris. A remoção dos níveis estratigráficos no local orientou-se pela deposição dos estratos, numa sequência oposta à sua formação original, (...) o que permitiu uma posterior leitura do conjunto das estruturas tanto em disposição horizontal, como em leitura vertical (Dias, 2006: 4).

A escavação arqueológica foi realizada com o apoio de uma rede de quadrículas ordenadas por ordem alfabética, de leste para oeste – quadrícula A, a quadrícula J – às quais correspondem as respetivas sondagens, usando como sistema altimétrico as cotas de altitude absoluta definidas a partir dos 276,01 metros.

A intervenção arqueológica não identificou todos os níveis arqueológicos presentes no interior da Sala do Capítulo, tendo sido somente intervencionados os espaços necessário à reabilitação do espaço conventual.

Foram identificadas várias sepulturas e da análise do espólio foram identificados três períodos distintos de ocupação do espaço.

À primeira fase correspondem as caves e o claustro do piso térreo. À segunda, a construção da Sala do Capítulo e do Refeitório Conventual na ala sul do complexo. À terceira corresponde uma edição de toda uma nova seção a oeste do edifício principal, embora não tenha provocado nenhuma transformação drástica na linha concetual do conjunto arquitetónico.

A estas fases estão associados dois momentos: o primeiro será associado ao seu período de construção inicial que começará em 1601 e terminará em 1606, um pequeno edifício de planta quadrangular, disposto em torno de um claustro bastante austero assente sobre galerias em arcaria de pedra – cave que



desceriam ao subsolo (Dias, 2006: 37).

O segundo momento de ocupação e remodelação do espaço, que se traduziu na adição de um novo conjunto de celas no primeiro piso, e pela reconstrução da Sala do Capítulo e Refeitório. Ao primeiro quartel do século XVIII corresponde o segundo estágio de ocupação do espaço, coincidente com o alargamento da comunidade clerical.

À terceira fase corresponde um conjunto conventual que foi associado a um último grande período reconstrutivo, traduzido pela adição de toda a ala oeste do atual conjunto, espaço que é hoje reservado aos serviços camarários de apoio ao cemitério municipal, e que terá sido construído gradualmente desde os finais do século XIX até à década de 30 do século XX.

Do ponto de vista arqueológico, a escavação da Sala do Capítulo (...) confirma o uso de espaço capitular enquanto espaço de inumação, tal como se evidencia em grande parte dos conventos marianos do país (...) que permitiu verificar que esta “se utilizou até à lotação total do espaço de inumação” (Dias, 2006: 38).

Materiais: Da análise do espólio exumado das sondagens escavadas na Sala do Capítulo, registou-se a existência de materiais que aparecem predominantemente no seu contexto original de deposição. São na sua maioria fragmentos de cerâmica de uso comum com formas bastante conhecidas ao longo dos primeiros séculos do período moderno português, bem como peças em metal em bom estado de conservação. (Dias, 2006:36).

De destacar “um vasto conjunto composto por vestígios de tecido, moedas, couro, vidros, carvões, escória, madeiras e fauna”.

O material osteológico é justificado pela “existência de um elevado número de sepulturas em toda a área do espaço capitular, onde se verificou a existência de vários níveis de enterramento na mesma sepultura” (Dias, 2006:36).

O espólio é constituído por material osteológico e outro espólio proveniente dos enterramentos (cerâmica, vidro, escória, madeira, tecido, contas de peixe, contas, couro, cintos, fivelas, um cruxifixo em madeira, alfinetes de mortalha, estruturas circulares de cobre não identificadas, medalhas, moedas, braceletes de cobre, fauna mamalógica, osteológica e flora).

Segundo o referido no relatório da escavação, o espólio arqueológico encontra-se no Depósito Arqueológico da Câmara Municipal de Évora. O espólio antropológico encontra-se ao cuidado do Laboratório de Antropologia Biológica da Universidade de Évora.

Estes materiais constam do inventário de materiais, apenso ao relatório da escavação.

Em depósito encontram-se 9 contentores de espólio.



Bibliografia:

DIAS, Susana, (2006) - Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos – Escavação Arqueológica da Sala do Capítulo do Convento de Nossa Senhor dos Remédios, Évora. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

14. DESIGNAÇÃO: - CONVENTO DE SANTA HELENA DO MONTE CALVÁRIO – ÉVORA

Equipa Responsável pela Intervenção:

Empresa ArkeoHabilis – Arqueologia, Geofísica e Paisagem, Lda.

Coordenação da Arqueóloga Dr.^a. Susana Dias com o apoio técnico da Dr.^a. Conceição Maia.

O acompanhamento da exumação dos enterramentos teve a coordenação do antropólogo Dr. Pedro Almeida, do gabinete de Antropologia da Universidade de Évora.

Data: Os trabalhos arqueológicos decorreram entre o dia 26 de Janeiro e 3 de Fevereiro de 2006.

Descrição: Os trabalhos arqueológicos realizaram-se no âmbito da proposta de avaliação de danos determinada pelo Instituto Português de Arqueologia, na sequência da abertura de valas para iluminação cénica no entorno da fachada principal do convento.

Os trabalhos arqueológicos tiveram como objetivo principal a identificação e registo de todas as evidências arqueológicas encontradas, bem como a avaliação de danos provocados pelos mesmos, em áreas limitadas pelo entorno conventual.

A metodologia utilizada consistiu na abertura duma sondagem de diagnóstico, localizada na área imediatamente adjacente à vala implantada no local, junto da escadaria principal de acesso ao Convento. A sondagem foi efetuada numa área retangular com as dimensões de 3 x 1,80 metros, de acordo com os princípios teóricos estabelecidos por P. Barker e Ed. Harris.

Materiais: Dos materiais encontrados salienta-se um bloco em granito trabalhado cuja origem não foi possível determinar, fragmentos de cerâmica comum e espólio antropológico.

O espólio arqueológico foi entregue à Câmara Municipal de Évora e o espólio antropológico foi recolhido pelo gabinete de antropologia da Universidade de Évora.

Em depósito não foi encontrado o material descrito no relatório.

Bibliografia:

DIAS, Susana (2006) – Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos – Escavação Arqueológica – Convento de Santa Helena do Monte do Calvário. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

15. DESIGNAÇÃO:- PÁTIO DO SALEMA – RUA DIOGO CÃO, 19 - ARQUIVO FOTOGRÁFICO

Equipa Responsável pela Intervenção:

Empresa ArkeoHabilis – Arqueologia e Paisagem, Lda.

Coordenação da arqueóloga Dr.^a Susana Dias com o apoio técnico da Dr.^a Conceição Maia.

Data: Os trabalhos arqueológicos decorreram entre 18 e 22 de Setembro do ano de 2006.

Descrição: Os trabalhos arqueológicos realizaram-se no âmbito da proposta de avaliação de danos solicitada pela Câmara Municipal de Évora, na sequência do Projeto de Arranjo dos Espaços Interiores de Edifícios Públicos da cidade de Évora e que contempla a construção de uma Fonte Vertical, a instalar no Pátio do Salema.

A intervenção foi estrutural e consistiu na abertura de uma vala de pouca profundidade para instalação da canalização para abastecimento de águas a todo o conjunto.

O objetivo da intervenção pretendeu em primeira análise avaliar o interesse arqueológico da área a intervencionar, através da identificação e registo de todas as evidências arqueológicas encontradas durante a execução dos trabalhos de escavação da empreitada, bem como a minimização dos danos provocados pelos mesmos. Para tal, procedeu-se à abertura duma sondagem de diagnóstico na área de implantação da estátua e fonte vertical, no interior do edifício para avaliação do potencial histórico do espaço.

A escavação da sondagem contemplou a abertura de duas áreas distintas mas sequenciais, tendo a interpretação final dos distintos níveis arqueológicos identificados na sondagem sido traduzida na elaboração de um esquema de deposição sequencial, exposto de acordo com a Matriz de Harris. As quadrículas foram implantadas de acordo com o eixo Norte/Sul, sendo a escavação metodologicamente conduzida de acordo com os princípios teóricos por P. Barker e Ed. Harris.

Materiais: No decorrer dos trabalhos foram exumadas duas unidades estratigráficas [U.E. 2] e [U.E. 3] em níveis descontextualizados, que revelaram vários fragmentos de cerâmica comum (7 bordos, 10 peças de bojo, 5 asas e 9 fragmentos de fundo) e de metal, nomeadamente pregos e um guizo em ferro, uma peça cerâmica em forma de tear, de forma circular com bifurcação central. Foi ainda recolhida uma moeda em bronze com um diâmetro de 1,5cm, bastante degradada e sem qualquer tipo de leitura possível.

Em termos cronológicos não foi possível realizar qualquer tipo de inferência cronológica específica.

O material ficou à guarda do gabinete de arqueologia da CME.

Em depósito encontra-se um contentor com espólio do ano em referência.

Bibliografia:

DIAS, Susana (2006) – Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos- Escavação Arqueológica – Arquivo Fotográfico, Pátio do Salema, Rua Diogo Cão, 19. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

16. DESIGNAÇÃO: PRAÇA DO SERTÓRIO – PAÇOS DO CONCELHO – BANHOS PÚBLICOS ROMANOS

Equipa Responsável pela Intervenção:

Empresa ArkeoHabilis – Arqueologia, Geofísica e Paisagem, Lda.

Coordenação da arqueóloga Dr.^a Susana Dias com o apoio técnico do Dr. Gerardo Vidal.

Data: Os trabalhos decorreram entre 11 de Janeiro e 6 de Fevereiro de 2007.

Descrição: Os trabalhos arqueológicos realizaram-se na sequência da construção de um sistema de elevador interno, levado a cabo pela Câmara Municipal de Évora, no edifício dos Paços do Concelho. O objetivo principal destes trabalhos, tendo em atenção a forte probabilidade de serem encontrados vestígios arqueológicos de grande importância, foi a identificação e registo de todas as evidências arqueológicas encontradas na área de escavação, e a minimização de quaisquer danos incidentes sobre o património histórico aí presente.

A metodologia utilizada foi conduzida de acordo com os princípios teóricos estabelecidos por P. Barker e E. Harris, com recurso à escavação de uma sondagem com as dimensões iniciais de 2,16 x 2,16 m, posteriormente alargada para 2,16 x 4 m de comprimento.

A remoção dos níveis estratigráficos no local orientou-se pela deposição natural dos estratos, numa sequência oposta à sua formação original.

O local intervencionado situa-se no interior da Cerca Velha da *Ebora Liberalitas Ivliia*, no espaço reservado aos banhos públicos ou termas do período romano numa área contígua ao hipocausto, a oeste da piscina de águas frias, identificada no extremo leste do edifício dos Paços do Concelho.

O local correspondia aos princípios vitruvianos, segundo os quais, os banhos deviam situar-se no lugar mais quente possível, ou seja, protegido do setentrião e do aquilão. Os próprios caldários e tepidários deverão ter de Inverno luz do poente e (...) ser virados a sul, porque o tempo dos banhos é, sobretudo desde o meio-dia até à tarde. (...) os caldários femininos e masculinos sejam colocados juntos e com as mesmas disposições (...) a fim de que, nos equipamentos dos banhos um hipocausto comum sirva a uns e a outros (Vitruvius, 2006: 196-197 – tradução de Justino Maciel, IST, Lisboa) transcrição do texto do relatório p. 6.

De acordo com os responsáveis, a disposição da piscina de águas frias em relação ao espaço de quentes, apresenta muitas concordâncias com edifícios do período imperial, dos quais se destacam as Termas de Estábias do séc. I a.C., em que tanto a piscina como a restante secção de águas quentes se encontram em extremos opostos do complexo edificado, numa distribuição espacial em tudo semelhante ao conjunto português (Dias, 2007: 6).

Materiais: Na sondagem 1, respeitante à caixa de elevador, o levantamento do pavimento na [U.E.2] permitiu por a descoberto uma quantidade abundante de fragmentos de cerâmica (na sua maioria materiais de construção – telha e tijolo – com formas bastante conhecidas ao longo do período romano, moderno e contemporâneo.

Foram ainda recolhidos fragmentos de cerâmica comum de pastas grosseiras muito semelhantes às peças predominantes nos períodos moderno e contemporâneo. Procedeu-se à identificação de espólio mais antigo, que será do período romano, dos quais se destacam alguns pequenos fragmentos de *terra sigillata hispânica*, com as pastas laranja claro típico deste tipo de produção peninsular.

Finalmente foi possível recolher fragmentos de materiais de época romana, dos quais se destacam as tégulas e o *opus signinum*, bem como peças de uso comum, um cossoiro e uma peça de jogo em cerâmica.

O relatório dos trabalhos não faz qualquer referência ao local de depósito dos materiais.

Em depósito não se encontra qualquer contentor de espólio a que corresponda esta cronologia.

Bibliografia:

DIAS, Susana (2007) - Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos - Escavação Arqueológica – Paços do Concelho – Banhos Públicos Romanos. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

17. DESIGNAÇÃO: JARDIM DIANA – RELATÓRIO FINAL DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Equipa Responsável pela Intervenção:

Empresa ArKeoHabilis, Geofísica e Paisagem, Lda.

Coordenação da Arqueóloga Dr.^a Susana Dias e com o apoio técnico da Dr.^a Maria da Conceição Maia, Dr. Gerardo Vidal e da Dr.^a Carla Dias.

Data: Os trabalhos decorreram entre 14 de Fevereiro e 11 de Abril de 2007.

Descrição: Os trabalhos arqueológicos decorreram no âmbito da proposta de avaliação patrimonial requerida pela Câmara Municipal de Évora, necessária ao estudo prévio do potencial

construtivo do espaço, para o futuro reordenamento urbanístico.

O objetivo principal desta intervenção foi a identificação e registo de todas as evidências arqueológicas situadas na área correspondente à implantação do jardim urbano, de forma a minimizar os danos incidentes sobre o património histórico aí presente, decorrentes da realização dum futuro plano de reordenamento urbanístico.

A escavação arqueológica baseou-se na abertura de três sondagens de diagnóstico em áreas distintas, dispostas paralela e perpendicularmente à disposição da atual estrutura ajardinada, onde se pretendeu avaliar o interesse arqueológico do entorno do antigo Fórum.

A escavação foi realizada segundo o método de P. Barker e E. Harris.

Materiais: Os materiais exumados, são provenientes das três sondagens arqueológicas, localizadas na área imediatamente adjacente ao templo romano. As sondagens com as dimensões de 2x3 metros e 2x3,5 metros, revelaram um conjunto de peças metálicas – moedas, fivelas e uma candeia – ao qual foi apenas aplicado um tratamento paliativo de limpeza, e que se encontra no Depósito Arqueológico da Câmara Municipal de Évora.

Em depósito não se encontra qualquer contentor de espólio que corresponda a esta cronologia.

Bibliografia:

DIAS, Susana, (2007) Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos – Escavação Arqueológica – Jardim Diana. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

18. DESIGNAÇÃO: JARDIM PÚBLICO E MATA DE ÉVORA

Equipa Responsável pela Intervenção:

Empresa ArkeoHabilis, Arqueologia e Paisagem, Lda.

Coordenação da arqueóloga Dr.^a Carla Dias com o apoio técnico da Dr.^a Maria da Conceição Maia e Dr. Frederico Carvalho.

Data: Os trabalhos arqueológicos decorreram entre Abril e Dezembro de 2007.

Descrição: Os trabalhos de escavação arqueológica de sondagens de diagnóstico e avaliação foram realizados no âmbito do programa de Recuperação e Valorização do Jardim Público e Mata, pelo Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura da Câmara Municipal de Évora.

Os trabalhos arqueológicos desenvolveram-se devido ao Jardim Público e a Mata se localizarem no Centro Histórico da cidade em área ZEP, com vários imóveis classificados como Monumentos Nacionais, numa área de elevada sensibilidade arqueológica, onde existem zonas edificadas de

Muralha, Torres e o que resta do Paço Real, e também porque foram identificados núcleos de materiais arqueológicos (restos cerâmicos e material de construção) à superfície.

A realização de sondagens de diagnóstico teve, como objetivo, por um lado avaliar a existências de estruturas do Paço Real e percurso da muralha naquela época, por outro, identificar e avaliar o interesse patrimonial da área examinada.

Tal como referem os responsáveis pela intervenção arqueológica, a zona em questão teve um papel relevante durante a baixa Idade Média e época Moderna pelo facto de estarem ali edificadas o Paço Real e outras dependências subsidiárias do Paço e onde anteriormente a cidade fechava o traçado da muralha medieval.

É no interior do Jardim Público que se localiza o Palácio de D. Manuel, ou seja o que resta dos Paços de Évora do Palácio de D. Manuel, obra iniciada em 1470, e permanece a denominada “Galeria das Damas” com uma Torre balcão de estilo manuelino-mudéjar de três andares, que foi totalmente remodelado na década de 40 do século XX.

No interior do Jardim localizam-se ainda as Ruínas Fingidas, mais exatamente o que resta de uma torre da cerca medieval com um arranjo arquitetónico de efeito cenográfico realizado pelo Cenógrafo Cinatti no século XIX, com elementos arquitetónicos retirados do Palácio do Bispo Afonso de Portugal, de acordo com o gosto romântico da época. (Dias, 2008: 4).

Para além de tudo o que foi referido, justificam a intervenção arqueológica, o facto de estarmos em presença de elementos classificados como Monumento Nacional, tais como o são as Muralhas e Fossos de Évora, troços da antiga muralha da cidade e portas exteriores como a Porta do Raimundo, construídas e reconstruídas entre os séculos XIV e XVII (...) e as Muralhas de Évora com as Torres e muralhas da cerca medieval (cerca Nova) que atravessam o Jardim Público e fazem a ligação da muralha Fernandina com o Baluarte do Conde Lippe (Dias, 2008: 3).

A metodologia utilizada foi fundamentada em critérios metodológicos baseados nos princípios estabelecidos por Barker -1988 e Harris- 1991, sendo cada EU registada em suporte gráfico, desenho de planos e alçados ou cortes.

Foi efetuado o registo fotográfico em suporte digital em formato JPEG.

Materiais: Conforme referido pelos responsáveis, os fragmentos cerâmicos e outros restos depositados em estratos em posição não primária, depósitos secundários, tais como lixeiras, foram recolhidos em sacos plásticos, devidamente lavados, etiquetados e arejados e sido alvo de inventário. A seleção dos materiais incidiu em fragmentos identificáveis como partes significativas da morfologia da peça (bordos, asas, fragmentos decorados, etc.).

Para além dos materiais de realçar também a existência de outros testemunhos, nomeadamente estruturas a vários níveis estratigráficos e paramentos interiores e exteriores, “testemunhos ocupacionais, de época Medieval, Moderna e Contemporânea” (Dias, 2007: 40).

Segundo os responsáveis da escavação, em presença de uma complexidade e densidade de fenómenos estratigráficos foi difícil e condicionada a compreensão das realidades arqueológicas detetadas, já que em toda a área intervencionada separaram o topo das estruturas dos níveis remexidos, uma camada de terra argilosa com raros materiais arqueológico, acreditando que poderá corresponder ao momento da construção do Jardim Público, destinada a Passeio Público nos finais do século XIX, devido ao grande volume de terras que esta obra implicou.

Dos resultados das Sondagens de diagnóstico e das Valas mecânicas, resultaram o aparecimento de um pano de muralha com 1,20 de largura presente nas sondagens, 2, 3, 5, 6/11, 8, 10, 13, 14 e 19 da muralha Barbacã com cerca de 70 cm de largura na sondagem 16, e dois troços de uma muralha com 2,20m de largura nas Valas mecânicas 4 e 5. Em todas as estruturas defensivas o método construtivo é semelhante ao da Muralha Medieval, semelhança devido ao *modus operandi* não ter variado na construção de muralhas no fim da Idade Média princípio da Idade Moderna, mas que cronologicamente parece indicar, pelas dimensões constantes da Muralha que cerca toda a Cidade pelo lado Oeste, e por o perímetro ser mais apertado, ser a muralha de 1,20 com a respectiva Barbacã, o primeiro momento construtivo do sistema defensivo medieval, e a muralha de 2,20m num perímetro mais alargado porque vem mais a Sul abarcando já o edifício da Galeria das Damas, um momento construtivo pré-Baluarte, posterior à primeira linha defensiva, encerrando no recinto interior uma possível continuação da linha de muralha semelhante à de 1,20m mais recuada mas ainda dentro do Jardim que não foi possível detectar. As sondagens verticais realizadas nos paramentos interiores e exteriores da construção revelaram a existência de um aparelho estrutural, de espessuras variáveis entre o 1,20 e os 2 metros, bem como a existência de um vão revestido por cantaria nobre. Pelas dimensões da estrutura e o tipo de aparelho utilizado é provável que se trate de um conjunto edificado de natureza militar ou de prestígio de cronologia indeterminada, mas muito possivelmente associada aos períodos Medieval e/ou Moderno (Dias, 2007: 40).

A complexidade das estruturas identificadas nas sondagens 8, 14, 19 e 20, próximas ou contíguas ao edifício da Galeria das Damas assenta na muralha, apresenta restos de construções contíguas que atestam uma fisionomia diferente ao edifício que conhecemos hoje (Sondagens 19 e 20). O aparecimento de duas torres que com a Torre das Ruínas Fingidas revelou uma zona intra Torres que cercava provavelmente estruturas de um possível conjunto edificado de natureza militar ou de

prestígio de cronologia do período Medieval/Moderno também indicado pelas picagens de parede nas Sondagens Verticais realizadas no Edifício da casa de arrumos do pessoal do Jardim Público. Os materiais encontram-se no Depósito Arqueológico da Câmara Municipal de Évora.

Em depósito encontram-se 9 contentores de espólio correspondentes à cronologia referida no relatório.

Bibliografia:

DIAS, Carla (2008) - Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos do Jardim Público e Mata de Évora – Escavação Arqueológica – Jardim Público. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

19. DESIGNAÇÃO: PRAÇA DE SERTÓRIO

Equipa Responsável pela Intervenção:

Laboratório de Arqueologia da Universidade de Évora

Coordenação do Professor Jorge de Oliveira e da Dr.^a Carmen Ballesteros, com o apoio técnico do Dr. Jorge Feio.

Data: Os trabalhos decorreram entre os finais de Julho e meados de Outubro.

Descrição: O acompanhamento arqueológico foi realizado no âmbito da abertura de uma vala para colocação de cabos de média tensão e de condutas de gás natural.

A intervenção teve como principal objetivo salvaguardar as estruturas e os materiais que viessem a ser descobertos no decorrer da obra, no sentido de se obter uma melhor compreensão da ocupação humana da cidade.

O outro objetivo da intervenção, tendo em consideração as estruturas encontradas no interior do edifício da Câmara Municipal de Évora, passou pela delimitação norte da *natatio*, a definição dos limites oriental e ocidental das termas e a tentativa de descobrir a cronologia da construção, utilização e desativação deste e de outros edifícios (ou vestígios destes) que viessem a encontrar. Quanto à metodologia utilizada, os trabalhos decorreram em três fases com duas sondagens (A e B) de 2 metros de lado cada, sob a técnica de P. Barker e a matriz de E. Harris. Estes efetuaram-se a partir do momento em que encontraram unidades estratigráficas.

Decorrente da intervenção foi possível definir os limites “oriental” e “ocidental” das termas romanas de Évora, coincidentes com os do atual edifício da Câmara Municipal de Évora, os limites “norte”, “oriental” e “ocidental” da *natatio*. Foi também possível encontrar estruturas islâmicas, obter informações cronológicas para todas estas estruturas e inseri-las no espaço

o que permitiu avançar para a dimensão da *insulae* de Évora ser de 60 m e não 65, como era proposto até agora, devido à descoberta de uma calçada romana correspondente a um possível *cardo* junto da parede número 3 da sondagem B (Oliveira e Ballesteros, s/d: 10).

Materiais: Na primeira fase da escavação das unidades estratigráficas situadas imediatamente debaixo do alicerce da parede norte da zona exterior da *natatio* foram recolhidos materiais aos quais foi atribuído um *terminus ante quem* atribuídos, nomeadamente fragmentos de bordo e de asas de ânfora do tipo Haltern 70 (50 a. C. – 75) e asas de Lusitana 2/Dressel 14 (início do século I – início do século II), de terras sigillatas sud-gálicas (formas Drag. 27 e Drag. 29 C decorada, cuja cronologia foi situada entre 45 e 69 (Oliveira e Ballesteros, (s/d) :3).

Foram ainda descobertas moedas dos reinados de D. Duarte e de D. Afonso V, uma taça de Paterna/Manizes com uma ave de rapina a dourado metalizado no seu interior, raríssima e datável do século XV, fragmentos de panelas, taças e pratos, alfinetes, osso de animais (vaca, coelho e galinha), espinhas e escamas de peixe e ainda amêijoas.

No decurso dos trabalhos realizados nos dias 1 e 2 de Agosto, ou seja da abertura duma vala ao longo de toda a extensão da Rua de Olivença, ligando a Rua de D. Isabel à Praça do Sertório, foram detetadas no sentido E/W, nas paredes “ocidental” e “oriental” da *natatio*, uma estrutura islâmica, uma outra designada por “muralha” e um alicerce de uma construção de época moderna que se encontra assente numa outra mais antiga, de época romana.

Sondagem A - a segunda fase da escavação foram recolhidos materiais de época romana - almofariz de mármore quase completo, ânforas do tipo Dressel 10 (século I), Lusitânia 2/Dressel 14 (início do século I-início do século II), Luisana 4/Almagro 51 c (primeira metade do século II a finais do V/inícios do VI), terras *sigillatas* sud-gálicas e hispânicas, cerâmica de paredes finas e cerâmica comum romana.

Orientada no sentido NW/SE foi escavada uma estrutura islâmica, construída em pedra seca sobre fundo da *natatio*, à qual estava associado um silo. Junto desta estrutura foram encontradas cerâmicas visigóticas e islâmicas (do período califal), e no silo foram encontrados materiais islâmicos datáveis do século XI.

Sondagem B – Na primeira fase da escavação, que decorreu até 16 de Outubro, os trabalhos desenvolveram-se ao longo de toda a Rua de Olivença junto das estruturas que entretanto tinham aparecido, e designadas por “muralha”. Esta “muralha” trata-se duma parede em pedras de granito de médias dimensões ligadas com *opus caementitium* com 0,90 m e um alicerce de 1,50 m, orientada a NW/SE.

Na parte “oriental” da escavação foram encontrados alguns materiais romanos, medievais e modernos. A uma cota entre os 296.41m e os 295.42 foram também recolhidos materiais datáveis do primeiro terço do século I. Foram ainda recolhidos fragmentos de ânfora do tipo Lusitana 12/ Dressel 7-11 (25 a.C. a finais do reinado de Tibério), Lusitana 2 Dressel 14 da fase inicial (inícios do século I) *terra sigillata* sud-gálica e cerâmica de paredes finas.

Na segunda fase da escavação, ou seja na sondagem B, designada por estrutura número 3, foi encontrada uma parede com 2,48 m de altura na face interna, virada a “ocidente”, e 1,78m de altura do lado externo, virada a “oriente”, composta por pedras de granito de médias dimensões, argamassadas com *opus caementitium*, cuja largura tem 59,5cm de espessura, a que correspondem *dois pés romanos*. A sua orientação é NW/SE.

Foi ainda identificada uma [U.E.] localizada sobre uma calçada composta por pedras de granito de médias dimensões, sob a qual foram encontrados fragmentos de cerâmicas comuns romanas, de cronologias situadas entre os séculos I e III.

No lado interno da estrutura, para além das três primeiras [U.E.s] existentes no exterior, foram encontrados telhas e materiais de época islâmica, datáveis dos séculos XI/XII, onde se incluía um bico de aguamanil decorado. Sob este estrato encontra-se um piso em saibro com cerca de 3 cm de altura, que encerra um nível romano, cujos materiais se situam cronologicamente entre os séculos I e III.

Uma quarta estrutura foi identificada, assentando sobre uma outra mais antiga, datável de época islâmica, com orientação a NE/SW, cuja parede tinha uma largura que oscilava entre os 20 e 30 cm, feita de material lítico e reutilizados materiais de época romana.

A abertura da terceira vala – terceira fase da escavação e sondagem B - efetuou-se em Outubro e revelou uma estrutura que correspondia a mais uma das saídas de água do aqueduto de Évora. Relativamente a espólio esta terceira fase de escavação não revelou mais materiais, contrariamente à vala número quatro que revelou materiais romanos, islâmicos, medievais, portugueses e modernos sem contexto.

O relatório dos trabalhos arqueológicos não faz qualquer referência ao local de depósito dos materiais. Contudo, existem em depósito 8 contentores de espólio referentes à Praça de Sertório.

Bibliografia:

OLIVEIRA, Jorge de e BALLESTEROS, Carmen (s/d) - Relatório da Escavação da Praça de Sertório – Policopiado. Acessível na Câmara Municipal de Évora.



20. DESIGNAÇÃO: EXECUÇÃO DE RAMAL DE ABASTECIMENTO DE GÁS AO EDIFÍCIO DO MUSEU DE ÉVORA

Equipa Responsável pela Intervenção:

Empresa Palimpsesto – Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda.

Coordenação do arqueólogo Dr. Miguel Serra com o apoio técnico do Dr. Gonçalo Moreira.

Data: Os trabalhos decorreram entre os dias 25 de Maio e 15 de Junho de 2009.

Descrição: Os trabalhos de acompanhamento arqueológico decorreram na sequência da necessidade de implantar a tubagem de gás ao edifício do Museu de Évora, num traçado situado entre a Rua Augusto Filipe Simões, Largo Conde de Vila Flor e o Largo Marquês de Marialva, em zona aplanada entre o Templo Romano e o Museu, em local com as coordenadas retangulares no sistema *Datum* Lisboa.

Os trabalhos consistiram na abertura de uma vala, na qual foi utilizada uma retroescavadora equipada com um balde de 40 cm de largura para a colocação de tubagem para abastecimento do gás e remoção da terra.

O objetivo dos trabalhos, tendo em atenção a zona se situar em local de grande potencial arqueológico e próxima de edifícios classificados como monumentos nacionais, foi, por um lado, proceder-se à identificação e caracterização dos vestígios arqueológicos e patrimoniais que eventualmente viessem a ser detetados, bem como à tomada de medidas de minimização de impactos negativos sobre esse mesmo património. Por outro lado, documentar de forma mais exhaustiva a renovação do espaço urbano em época medieval e moderna.

A metodologia utilizada consistiu no registo fotográfico e cartográfico, sempre que existiu revolvimento de solos com vista à documentação do progresso dos trabalhos e se registaram ocorrências. Foi também utilizado o registo tridimensional do espólio mais significativo, o registo gráfico das estruturas documentadas e perfis estratigráficos mais importantes, bem como a sua caracterização.

Finalmente, procedeu-se à identificação das estruturas, bem como dos materiais mais significativos, quer isolados, quer contextualizados.

Materiais: No decorrer dos trabalhos, segundo os seus responsáveis, foram registadas 23 ocorrências arqueológicas, que puseram a descoberto quinze muros com argamassa. Quatro correspondem a possíveis pisos, três correspondem a estruturas escavadas no afloramento rochoso sendo interpretados como possíveis silos/fossas e uma corresponde ao espelho/tanque de água do templo romano, mas cuja cronologia ficou limitada ao que ficou visível no decorrer dos trabalhos.

Um dos muros detetados, com cerca de 120cm de largura, era constituído por grandes pedras

que se apresentavam organizadas de forma irregular, podendo corresponder à Cerca Velha, dado que se encontra no alinhamento do pano de muralha situado sob o Jardim Diana, em direção à Torre das Cinco Quinas.

Foi possível identificar a Este, no fundo da vala, um tanque de água, que poderá ser o do Templo Romano. Ficou visível durante os trabalhos, o fundo do pavimento do tanque da água, em *opus signinum*. Para além destas ocorrências foi recolhido material cerâmico e lítico, destacando-se a cerâmica comum que se apresenta em alguns casos com engobe em ambas as faces e a cerâmica vidrada de tonalidade verde, castanho, e melado, caracterizada como cerâmica comum de uso doméstico, sendo a tonalidade das pastas mais comuns as laranja, bege acastanhado e cinzentas, de cozedura oxidante e redutora e as texturas medianamente porosas com desengordurantes médios e grossos.

Foi ainda recolhido um fragmento duma mó, utilizada para a moagem de cereais e quatro moedas em mau estado de conservação e por isso se apresentam, ilegíveis.

Os materiais recolhidos foram inseridos num período cronológico compreendido entre os séculos XI a XVI, podendo em alguns casos ser mais antigo ou ultrapassar o século XVI.

Os materiais estão à guarda do depósito da Câmara Municipal de Évora.

Em depósito existem materiais oriundos de intervenções no Museu de Évora, mas de diferentes cronologias.

Bibliografia:

MOREIRA, Gonçalo e SERRA, Miguel (2009) - Relatório Final de Acompanhamento Arqueológico - Museu de Évora. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

21. DESIGNAÇÃO: RUA DE AVIS, 166 - A

Equipa Responsável pela Intervenção:

Empresa ArkeoHabilis -Arqueologia e Paisagem Lda.,

Coordenação da arqueóloga Dr.^a Maria da Conceição Maia.

Data: A intervenção decorreu de 30 de Junho a 20 de Julho de 2011.

Descrição: Os trabalhos surgiram no âmbito da proposta de avaliação de danos solicitada pela Direção Regional de Cultura do Alentejo e referem-se à realização de sondagens arqueológicas de diagnóstico no quintal da habitação do número referido, a ser alvo de reconstrução e construção duma piscina.

A obra situa-se no interior da Cerca Nova da cidade de Évora em que a localização da empreitada se encontra numa área imediatamente adjacente a um troço do pano de muralhas medievais da cidade. O objetivo dos trabalhos foi determinar a eventual existência de estruturas ou níveis arqueológicos e avaliar os danos causados pela construção de uma piscina, bem como obter dados complementares para a caracterização tipológica e cronológica do local a ser intervencionado.

A metodologia utilizada consistiu na intervenção numa área de 5,9 m², em duas sondagens de quadrículas de 2x2 m, mediante o sistema de referência de coordenadas Datum 73 apoiada na rede geodésica do país, num volume de 6,77 m³ de terras removidas.

Metodologicamente às duas sondagens de diagnóstico foi aplicado o método arqueológico de remoção de contextos por níveis naturais na sequência oposta à da sua formação, e na observação e registo de todas as informações de relevância arqueológica. A intervenção foi fundamentada nos critérios metodológicos baseados nos princípios estabelecidos por P. Barker e Ed. Harris e registada em suporte gráfico e desenho de planos e alçados.

Materiais: Os trabalhos de escavação colocaram a descoberto um conjunto de estruturas de carácter arqueológico mais ou menos significativo.

Os restos cerâmicos encontrados foram balizados entre Medieval, Moderno e Contemporâneo, sendo ainda de realçar a grande quantidade de pedras de grande calibre, numa das sondagens, o que leva a crer que sejam resultado da destruição do troço da muralha.

A recolha do espólio obedeceu ao pressuposto da amostragem das realidades escavadas e a sua seleção incidiu em fragmentos identificáveis como partes significativas da morfologia da peça (bordos, fundos, asas, etc.).

Os fragmentos cerâmicos foram recolhidos em sacos plásticos, devidamente lavados, etiquetados e foram alvo de inventário constituído por um código alfanumérico com referência do sítio **EVR** (Évora) **R.AV** (R. Avis) **11** (ano da escavação) **000** (número de inventário) e entregues no depósito arqueológico da Câmara Municipal de Évora.

Em depósito não existe qualquer contentor com esta referência.

Bibliografia:

MAIA, Maria da Conceição (2011) - Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos – Sondagens de Diagnóstico - Rua de Avis, 166 A. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.



22. DESIGNAÇÃO: RUA DE VALDEVINOS, RUA DE S. MANÇOS, TRAVESSA DE S. JOÃOZINHO E LARGO DA MISERICÓRDIA – INSTALAÇÃO DE CONDUTAS DE FIBRA ÓTICA

Equipa Responsável pela Intervenção:

Empresa ArkeoHabilis – Arqueologia e Paisagem, Lda.

Coordenação da arqueóloga Dr.^a Maria da Conceição Maia

Data: Os trabalhos arqueológicos decorreram entre o dia 31 de Março e 7 de Abril de 2011.

Descrição: Os trabalhos arqueológicos decorreram no âmbito do Projeto de Instalação das Condutas de Fibra Ótica, levado a cabo pela PT Comunicações nas ruas referenciadas. Estas situam-se no núcleo urbano da acrópole de Évora, no interior da cerca romana e próximo da Igreja da Misericórdia.

O acompanhamento arqueológico teve como objetivo minimizar quaisquer danos a ocorrer sobre os eventuais materiais ou estruturas de natureza patrimonial.

A metodologia utilizada consistiu no acompanhamento permanente e integral da obra que se caracterizou pela abertura de valas (com cerca de 40cm de profundidade e 70cm de largo) e registo fotográfico das ocorrências verificadas. A extensão abrangida foi de aproximadamente 88 metros, no total das quatro ruas contempladas, sendo efetuada com recurso a uma miniescavadora.

Da área intervencionada, na Rua de S. Manços, onde a profundidade se estendeu até 1,20 m, registou-se a presença dum pavimento em *opus*. Também na Rua de Valdevinos, frente ao antigo Salão Central Eborense, se encontrou parte de uma sepultura com dimensões diminutas, escavada na rocha, onde foram encontradas duas falanges.

A intervenção está localizada em CMP 1:25000, folha nº 460, com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude N: - 121 858,16; Longitude W: 19 689, 97; Altitude: Cerca de 273,80 metros.

Materiais: Apenas foram identificadas duas estruturas de cariz arqueológico que não sofreram qualquer tipo de afetação e um fragmento de *sigillata* sudgálica.

O material encontrado foi depositado no Depósito Arqueológico da Câmara Municipal de Évora. Em depósito não foi encontrado o espólio referido no presente relatório.

Bibliografia:

MAIA, Maria da Conceição (2011) – Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos – Acompanhamento Arqueológico. Rua de Valdevinos, Rua de S. Manços, Travessa de S. Joãozinho e Largo da Misericórdia. *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.



ESPAÇOS EXTRAMUROS

1. DESIGNAÇÃO: ARRANJOS EXTERIORES À IGREJA MATRIZ DE S. MANÇOS – INSTALAÇÃO DE COLETOR GERAL

Equipa Responsável pela Intervenção:

Empresa ARKEOHABILIS – Arqueologia e Paisagem, Lda.

Coordenação do arqueólogo Dr. João Carlos Faria com o apoio técnico da Dr.^a Maria da Conceição Maia e Dr. Frederico Carvalho. A responsabilidade pela exumação dos enterramentos foi assegurada pela Dr.^a Raquel Granja.

Data: Os trabalhos arqueológicos desenvolveram-se entre a primeira semana de Janeiro e a primeira semana de Abril de 2006.

Descrição: Os trabalhos arqueológicos realizaram-se no âmbito da proposta de avaliação de danos, a pedido da Câmara Municipal de Évora na sequência da abertura de valas para instalação de condutas para condução de esgotos e águas residuais em torno da fachada principal da Igreja Matriz. Os trabalhos arqueológicos tiveram um caráter preventivo e como objetivo avaliar o potencial histórico dos diversos estratos através da identificação e registo de todas as evidências arqueológicas encontradas no decorrer da obra, bem como avaliar os danos provocados pelos mesmos, já que a área intervencionada se situa em plena Zona Especial de Proteção da Igreja e respetivo cruzeiro, ambos classificados como Monumento Nacional.

A metodologia utilizada baseou-se nos princípios teóricos estabelecidos por P. Barker e E. Harris para a escavação das diversas sepulturas identificadas. A remoção dos níveis estratigráficos no local orientou-se pela deposição natural dos estratos, numa sequência oposta à sua formação original.

A abertura das valas não revelou materiais arqueológicos, à exceção de pequenos fragmentos de peças contemporâneas e elementos construtivos depositados fora do seu contexto original de utilização. Contudo permitiu a identificação de um conjunto de inumações.

Materiais: Registaram-se materiais que apareceram fora do seu contexto original de deposição, na maioria fragmentos de cerâmica de uso comum com formas bastante conhecidas do período contemporâneo retiradas das valas de esgotos da segunda metade do século XX.

Foram ainda identificados 30 indivíduos dos quais 28 foram exumados. Destes enterramentos foi possível concluir que eram distintos e que a maioria dos indivíduos foi depositada em posição de decúbito dorsal, com a cabeça a poente e os pés a nascente, de acordo com os princípios correntes dos rituais cristãos. Exceção para um indivíduo que foi depositado em decúbito ventral, de acordo com os rituais cristãos utilizados para indivíduos portadores de patologias infecto-contagiosas ou acusados de bruxaria ou ainda

condenados à morte, prisioneiros, suicidas e portadores de deficiências (Faria, 2006: 7).

Foram ainda identificados 9 indivíduos do sexo masculino, 5 do sexo feminino. Aos restantes 15 não foi possível determinar o sexo. Relativamente à idade da morte, identificaram-se 25 indivíduos adultos, dois jovens e duas crianças.

Os materiais foram entregues à guarda da Câmara Municipal de Évora, encontram-se em depósito.

Bibliografia:

FARIA, João Carlos (2006) - Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos - Arranjos Exteriores à Igreja Matriz de S. Manços – Instalação de Coletor Geral - S. Manços, Évora, *Relatório Final*. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

8. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA RESERVA ARQUEOLÓGICA

A protecção do património arqueológico deve ser considerada uma obrigação moral de cada ser humano. Mas é também uma responsabilidade pública colectiva. Esta responsabilidade deve traduzir-se pela adopção de uma legislação adequada e pela garantia de fundos suficientes para financiar, eficazmente, os programas de conservação do património arqueológico.

**CARTA PARA A PROTECÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÓNIO
1990, Carta de Lausanne*, artº 3º
ARQUEOLÓGICO (1990)*

Tal como refere a Carta de Lausanne, o Património Arqueológico constitui um testemunho essencial sobre as actividades humanas do passado. A sua protecção e gestão cuidadas são, por conseguinte, indispensáveis para permitir aos arqueólogos e a outros especialistas o seu estudo e interpretação em nome e para benefício das gerações presentes e futuras.

Subjacentes a estes princípios encontram-se as obrigações dos poderes públicos e legislativos, e regras profissionais aplicáveis ao inventário (...) ao processo de documentação, investigação, manutenção, conservação, reconstituição, informação, apresentação, colocação à disposição do público e afetação do património arqueológico, assim como a definição das qualificações do pessoal encarregue da sua protecção.

Neste contexto, é dever dos poderes nacionais, regionais e locais promover políticas de protecção do património arqueológico, e integrá-las nos planos culturais, ambientais e educacionais,

porque o “património arqueológico é uma riqueza cultural frágil e não renovável”. Como tal constitui imperativo, de acordo com o nº 4 da Carta de Lausanne, que se proceda ao inventário como obrigação fundamental na proteção e gestão do património arqueológico, como forma de se constituir uma base de dados suscetível de fornecer informações de base para o estudo e investigação científica.

Assim, e de acordo com as recomendações ali contidas, compete a todos nós (serviços públicos, investigadores, empresas privadas e grande público) em estreita e efetiva colaboração, promover a proteção do património.

9. CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO

O espaço do edifício onde se irá instalar a futura Reserva Arqueológica, situa-se próximo do Hotel Mar de Ar Muralha, nos antigos Armazéns da Cartuxa. É um espaço amplo que contempla:

- Zona de receção e triagem de materiais, onde se irá proceder a um primeiro tratamento; laboratório e que contempla lavagem de materiais, apetrechada com os necessários equipamentos de lavagem;

- Sala de inventário, para pelo menos 2 funcionários equipada com duas secretárias, armário, equipamento elétrico e informático (lupa binocular, candeeiro, armários para guarda de materiais) mesa de trabalho e consulta de relatórios e materiais, para a comunidade científica;

- Zona de depósito e armazenamento de materiais;

- Zona de colocação de materiais musealizáveis.

10. CARACTERIZAÇÃO DO CLIMA

MONITORIZAÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL E BIOLÓGICO:

Relativamente às condições de ambiente para a conservação preventiva na Reserva Arqueológica e de acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei 243/86 de 20/08) procedeu-se à seguinte análise:

TEMPERATURA:

Segundo a legislação em vigor, a temperatura aconselhável para os locais de trabalho deve



oscilar entre 18°C e 22°C, salvo em determinadas condições climáticas, em que poderá atingir os 25°C.

O intervalo térmico de conforto para a coleção de arqueologia da CME à presente data é de 15°>25°C.

HUMIDADE:

O intervalo de níveis de humidade da atmosfera em ambiente de trabalho deverá oscilar entre 50% e 70%.

Os valores de humidade aconselháveis para os materiais constituintes do espólio arqueológico da CME são os seguintes:

MATERIAIS	TIPOLOGIA	VALOR IDEAL	INTERVALO ADMISSÍVEL *
ORGÂNICOS	OSSO	40%	40%>60%
INÔRGANICOS	CERÂMICA	20%	20%>60%
	PEDRA		
	METAL (EXCETO FERRO)	35%	15%>55%
	FERRO	15%	0>40%
	VIDRO **	?	?
	ESTUQUE	30%	30%>60%

*Embora os intervalos admissíveis sejam os dispostos, a variação diária da Humidade Relativa não deve exceder os 5%.

**Não são apresentados valores para os vidros pois as informações encontradas são contraditórias, carecendo por isso de informação, mas tendo em conta os intervalos dos outros materiais, não se considera relevante para este contexto.

Luz:

Sendo a luz um fator de degradação a ter em atenção, apresentam-se aqui os valores de



exposição recomendados para o tipo de materiais identificados:

Máximo nível de luz visível recomendado (lúmen/m², ou lux):300 Lux

Máxima exposição de horas por ano ao nível de luz recomendado:576,000 +

Dado o valor apresentado e o efeito cumulativo e irreversível da luz será importante evitar a iluminação com luz natural, não controlável.

De notar que estes valores são os que se nos apresentam como prioritários para uma fase primeira da instalação do que se pretende venha a ser futura Reserva Arqueológica. Posteriormente e com o desenvolver dos trabalhos e com recurso a especialistas na matéria hão-de encontrar-se as soluções que se apresentem mais adequadas.

11. CARACTERIZAÇÃO DOS MATERIAIS EM DEPÓSITO

O espólio em depósito caracteriza-se pela sua diversidade. Esta fase não permite, adiantar dados numéricos, tendo em atenção que a maioria dos materiais não se encontra tratada, sendo contudo possível afirmar que é constituído na sua maioria por cerâmicas, material osteológico, e materiais pétreos.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram consultados e analisados 74 relatórios. Destes, 23 referem-se a intervenções das quais resultaram materiais em depósito, sendo 22 referentes a intervenções realizadas no espaço intramuros e 1 de intervenções realizadas no espaço extramuros.

Relativamente a intervenções das quais não resultaram materiais em depósito foram consultados 45 relatórios. Destes, 30 referem-se a intervenções realizadas no espaço intramuros e 15 de intervenções realizadas no espaço extramuros.

Das intervenções realizadas, a sua grande maioria teve como objetivos principais o salvamento do património, a minimização dos impactes negativos, e o registo de materiais e estruturas encontradas no decorrer de obras de natureza diversa, sendo decorrentes da legislação em vigor.

Algumas das intervenções tiveram não apenas os objetivos referidos, mas também e em simultâneo, a investigação histórico-arqueológica, visto se situarem em zonas de grande potencial e sensibilidade arqueológica, nomeadamente o Templo Romano, o Museu, o Jardim Público e o

Convento de S. Domingos.

Registam-se apenas 7 relatórios referentes a intervenções cujo objetivo foi apenas de investigação. Por se considerar um contributo para aprofundar conhecimento, foram ainda analisados 6 relatórios que se referem a outros estudos técnicos complementares, que respeitam a intervenções importantes realizadas na cidade. Estes estudos referem-se ao espólio cerâmico do Templo Romano e dos “Balneários” da Câmara Municipal de Évora, à *Análise e Organização Informática do Espólio do Complexo Termal – Termas de Évora – 1999* e à Implantação Arqueológica e Geológica do *Aqueduto da Água da Prata Entre Évora e Graça do Divor*.

Foram (pré) inventariados sumariamente 845 contentores dos cerca de 1000 em depósito.

Do cruzamento das informações obtidas com a consulta dos relatórios e inventariação dos materiais, verificou-se, por um lado, que não existem em poder da Câmara Municipal, relatórios de todos os materiais em depósito e, por outro, a maioria dos materiais referidos nos relatórios não são coincidentes com os locais, cronologias e responsáveis pelas intervenções arqueológicas, sendo que a maioria dos materiais se encontra por tratar.

Questões ligadas à gestão de recursos humanos, à articulação com os diferentes serviços envolvidos nas obras das instalações, às condições físicas do espaço, mas sobretudo as enormes limitações financeiras, condicionaram a prossecução dos trabalhos, não sendo possível, por esses motivos, manipular os materiais de forma a ser aqui apresentado o inventário completamente concluído.

Ainda e por estes mesmos motivos a Base de Dados não se encontra concluída, carecendo ainda dum rigoroso trabalho de atualização, só possível de continuar quando estiverem criadas as condições de manipulação dos materiais em depósito.

Contudo, esta é uma atividade em permanente atualização, esperando um longo percurso de intenso trabalho, para que sejam criadas as condições adequadas ao funcionamento da futura Reserva Arqueológica.

Espera-se que o presente relatório possa constituir uma base de trabalho para o manuseamento, conservação e conhecimento dos materiais, e dessa forma poder contribuir para um conhecimento aprofundado das realidades que nos precederam, e assim termos a perceção dos hábitos, vivências e realidades nas quais assentam os nossos valores e as nossas próprias vivências.

Os valores de *memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade e singularidade*, consignados na Lei do Património, não poderão ser “desbaratados”.



Como tal, é fundamental para qualquer sociedade conhecer os vestígios e o património que os ancestrais nos legaram como forma de melhor compreender o presente e a própria identidade, sendo por isso imperioso preservar e salvaguardar, para conhecer.

Como tal é minha convicção que a criação duma Reserva Arqueológica em Évora, há muito que se impunha.

Uma crítica se impõe – A Arqueologia não pode continuar a ser vista como uma atividade que se resume a entrar os trabalhos de qualquer tipo de construção.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS:

ADE, Tombo das Demarcações de Évora, Fundo CME. Lvº. 134, [1536] Cx. 58, fl. CVII, CVIII, CIX, CX e CXI.

ESTUDOS, ARTIGOS E RELATÓRIOS ARQUEOLÓGICOS:

ALVIM, Pedro (1996-1997), “Sobre Alguns Vestígios de Paleoastronomia no Cromeleque de Almendres”, A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora, (II Série), nº 2, pp 5-23.

BILOU, Francisco (2000), “Testemunhos Arqueológicos da rede viária romana na região de Évora”, A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora, (II Série) nº 4, pp. 143-168.

BILOU, Francisco (2010), a “Refundação Do Aqueduto da Água da Prata Em Évora”, Edições Colibri, Lisboa.

BRANCO, Manuel J. C. e BILOU, Francisco, “A Obra do Aqueduto da Água da Prata, em Évora: dois testemunhos inéditos”, A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora, (II Série) nº 8, 2009, pp. 231-260.

CALADO E ROCHA, (2006), XELB/77 “Menires e Neolitização: História de intervenção no Algarve” – Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve, [online] (75-88). Disponível em <http://dspace.uevora.pt/-Xelb7.pdf>. (acesso em 22-10-2012).

CALADO, Manuel, SANTOS, João e CARVALHO, (2007-2008), “Arqueologia do concelho de Évora: um ponto da situação”, A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora, (II Série) nº 7, pp 47-71.

CALADO, Manuel, O Recinto Megalítico de Vale de Maria do Meio (Évora, Alentejo), Muitas Antas, Pouca Gente? - Actas do I Colóquio Internacional Sobre Megalitismo [online] (181). Disponível em <http://www.igespar.pt /trabalhosdearqueologia/pdf>. (acesso 14-11-2012).

CARVALHO, Afonso de, (2004) - Da Toponímia de Évora – Dos Meados do Século XII A Finais do Século XIV, Vol. I, Edições Colibri, Lisboa.

CARVALHO, Mário, SANTOS, João e VAL-FLORES, Gustavo, (2009), Relatório Arqueológico do Sítio de Monfurado – Plano de Intervenção em Espaço Rural no Sítio do Monfurado (PIERSM) –

Câmara Municipal de Évora – Departamento do Centro Histórico [online] 5.2 (30). Disponível em <<http://www2.cm-evora.pt/SitiodeMonfurado/pdf>. (acesso 01-05-2012).

CATARINO, Helena - “Cerâmicas omíadas do Garb al-Andalus: Resultados arqueológicos no Castelo Velho de Alcoutim e no Castelo das Relíquias (Alcoutim)”, in *Actas La Cerámica Andalusí. Jaen: Universidad de Jaen*, 1999, Est. II, 9; p.116.

CATÁLOGO da Exposição: Portugal Islâmico. Os Últimos Sinais do Mediterrâneo. Lisboa: Min. Cult.; IPM; MNA, 1998, pág. n.ºs Cat.58;62;69.

DINIZ, Mariana, (2005), Relatório de Progresso de Trabalhos Arqueológicos – Escavação Arqueológica – Projeto “O Sítio da Valada do Mato, Évora, No Quadro da Neolitização do Centro e Sul de Portugal” – Vala/2002). Relatório Final. Acessível na Câmara Municipal de Évora.

FABIÃO, Carlos Fabião (1989) – “Para a História da Arqueologia em Portugal”, in *Penélope. Fazer e Desfazer História*, [online] 2 (13). Disponível em <http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope/CFabiao.pdf>. (acesso em 2-11-2012).

MACIEL, M. Justino (2006), *VITRÚVIO – Tratado de Arquitetura*, Livro V, Capítulo X, Lisboa, IST Press.

MACIEL, Justino, (2007), “Cidades Portuguesas Património da Humanidade”- Entrevista ao Professor Theodor Hauschil, *Revista de História da Arte* [online] 4 (25). Disponível em <<http://iha.fcsh.unl.pt/uploads/RHA4-ENT.pdf>> (acesso em 23-03-2012).

OLIVEIRA, Catarina, ROCHA, Leonor, MARCIANO DA SILVA, C. (2009), “Megalitismo Funerário no Alentejo Central – Arquitectura e Orientações: o Estado da Questão Em Montemor-o-Novo”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*. [online] 10-2 (p. 35-74). Disponível em < <http://dspace.uevora.pt/Art8-RPA10-2.pdf>> (acesso em 19-11-2012).

PINA, Henrique Leonor, (1971), “Novos Monumentos Megalíticos do Distrito de Évora”, in *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia – V. I*, Ministério da Educação Nacional, Coimbra, p. 151.

RELATÓRIO ARQUEOLÓGICO DO SÍTIO DO MONFURADO- Plano de Intervenção em Espaço Rural no Sítio do Monfurado - Câmara Municipal de Évora – Departamento do Centro Histórico [online] 5.2 (30). Disponível em <<http://www2.cm-evora.pt/SitiodeMonfurado/pdf>. (acesso 01-05-2012).

RESENDE, André de, (1996), *As Antiguidades da Lusitânia*, (introdução, direção e comentário de R. M. Rosado Fernandes), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

ROCHA, L. Origens do megalitismo funerário... a contribuição de Manuel Heleno [online] 3 (37).

Disponível em < <http://dspace.uevora.pt/CAP3.pdf>>. (acesso 15-11-2012)

RODRIGUES, Paulo Simões (2000) “Giuseppe Cinatti e o Restauro do Templo Romano de Évora”, A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora, (2ª Série) nº 4, pp. 273-287.

SARANTOPOULOS, Panagiotis, (2000) “Actividade Arqueológica em Évora na Última Década do Século XX”, A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora, (II Série), nº 4, 2000, pp. 9-34.

SILVA, A. C.; Parreira, R.; Silva, M. L.; Sarantopoulos, P., (1992), Roteiro do Megalitismo de Évora, Câmara Municipal de Évora.

SILVA, António Carlos (1994-1995), “A “Restauração” do Templo Romano de Évora”, A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora, (II Série), nº 1, pp 63-71.

TEICHNER, Felix, (2006), Relatório da Classificação do Espólio Cerâmico Proveniente da Intervenção Arqueológica no Templo Romano de Évora, ARKHAIOS – Profissionais de Arqueologia e Paisagem, Lda.

VAL-FLORES, Gustavo, SANTOS, João, Memória e Espaço – Carta de Sensibilidade Arqueológica do Centro Histórico de Évora – O Inventário da Arqueologia no Centro Histórico de Évora, Antecedentes-Arqueologia Urbana, Câmara Municipal de Évora, Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura

SITES DE INTERNET:

<http://cartarqueologicaevora.blogspot.pt/>

<https://estudogeral.sib.uc.pt/>

<http://www.igespar.pt> (acesso em 14-11-2012)

www.ipa.min.cultura.pt